

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/03/21	



NOTA PREMIADA: COMPRAS ATÉ DIA 31 CONCORREM NO PRÓXIMO SORTEIO



admin 29 Março, 2021

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até esta quarta-feira (31) para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF até o final deste mês para participar do sorteio de abril.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados serão conhecidos no dia 22 de abril e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram [@notapremiadabahia](https://www.instagram.com/notapremiadabahia) e [@sefazbahia](https://www.instagram.com/sefazbahia), Facebook [@sefaz.govba](https://www.facebook.com/sefaz.govba) e Twitter [@sefazba](https://twitter.com/sefazba).

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado.

O participante da Nota Premiada Bahia, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se

em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

SALVADOR

salvador@grupootarde.com.br

REGIÃO METROPOLITANA

DOAÇÃO DE SANGUE Hemóvel na Av. ACM retoma atendimento hoje
www.atarde.com.br/salvador

BRUNO BRITO*

O período de medidas mais restritivas para a capital baiana e alguns municípios inseridos na região metropolitana de Salvador (RMS), que permite o funcionamento apenas das atividades essenciais até as 5h da manhã da próxima segunda-feira começou ontem. Para o setor do comércio, a indicação quanto ao retorno das atividades é algo a ser comemorado.

Desta forma, em Salvador, assim como em Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Simões Filho, apenas as atividades relacionadas à saúde e ao enfrentamento da pandemia, comercialização de gêneros alimentícios, segurança e atividades de urgência e emergência poderão ser realizadas até 5 de abril.

No caso de estabelecimentos como supermercados, hipermercados e atacadões, as seções que possuem produtos não enquadrados como gêneros alimentícios ou produtos de limpeza e higiene deverão ser isoladas. Já nos bares e restaurantes, a operação só pode acontecer de portas fechadas, na modalidade de entrega em domicílio, até meia-noite.

Alerta

De acordo com o presidente do Sindicato dos Lojistas do Estado da Bahia (Sindilojas), Paulo Mota, mesmo diante de medidas mais restritivas, destacou que é necessário que a frota do transporte público esteja em 100%, para que não haja superlotação. "A sinalização de retorno

PANDEMIA Apenas atividades consideradas essenciais podem funcionar até as 5h da manhã da próxima segunda-feira para inibir a transmissão do coronavírus

Período mais rígido começa na capital e parte da RMS



Raphaël Müller / Ag. A TARDE

Região do Shopping da Bahia com pouco movimento e previsão é reabrir o comércio a partir do dia 5 de abril

Índice de 80% de ocupação dos leitos de UTI é um dos critérios para a retomada

sempre foi um pleito, nunca concordamos com o lockdown, entendemos que não era o caminho para superar a pandemia. Trouxe um sacrifício enorme para quem produz, gera emprego e renda. Precisamos que esse retorno aconteça, a categoria não está conseguindo se manter diante destes fecha-

mentos", destacou.

Por outro lado, Paulo indica que tem receio, caso o índice de 80% de ocupação dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) não seja alcançado.

Isso porque a marca é tida como um indicativo para o retorno de todas as atividades comerciais.

"Os índices são cada vez maiores. Hoje, falam que se baixar de 80%, é que haverá confiança para retornar, mas não temos segurança que esses índices vão se confirmar. Torço que não voltem atrás, que possa se manter essa previsão no dia 5. Ninguém suporta mais as atividades paralisadas, mas

Casos em jovens assustam profissionais de saúde

LUANA LISBOA*

João Victor de Souza, 24 anos, começou a sentir falta de ar no final de fevereiro e logo se dirigiu à Unidade de Pronto Atendimento de Arembépe. O quadro piorou e ele foi internado no Hospital Espanhol, de onde só recebeu alta no último dia 17. Ele é só um dos casos que comprovam a mudança de perfil dos contaminados pela Covid-19 em Salvador: a faixa etária dos 20 aos 29 anos agora é uma das mais infectadas, com 15% dos casos ao longo da pandemia, segundo dados da Secretaria Municipal da Saúde.

O público fica atrás dos adultos entre 30 e 39 anos, que acumulam 24% dos casos, e entre 40 e 49 anos, que são 22% das ocorrências. Jovens de 20 a 29 anos estão empatados com adultos de 50 a 59, com cerca de 52 mil casos somados, 26 mil para cada faixa.

"Eu sei que a gente pensa

A faixa etária dos 20 aos 29 anos agora é uma das mais infectadas, com 15% dos casos ao longo da pandemia, segundo dados da SMS

que não vai acontecer com a gente e que vai ser só uma gripe, mas, se puder, não saia de casa, não vá para festa, porque é assustador. Eu pensava que ia morrer a qualquer momento e quanto mais me desesperava era pior. O ar não vinha quando eu mais precisava", relatou João Victor.



Marília Simões / Divulgação

João Victor de Souza, 24 anos, ficou internado no Hospital Espanhol

paços públicos, passaram a circular nesses ambientes sem o uso das medidas de precaução, acabaram sendo o perfil de idade mais acometido", afirma.

A médica também considera as novas variantes a serem adicionadas na equação do aumento de casos entre jovens adultos e reforça as medidas: fugir de aglomerações até mesmo com os núcleos familiares e uso de máscara ao ter contato com outras pessoas.

"Uma outra possibilidade é a presença de uma nova variante com uma facilidade maior de transmissão e que realmente pode ter aumentado o número de casos. Por isso, a primeira orientação é não aglomerar, nem com a família. A segunda coisa é a máscara 100% do tempo que estiver fora da sua casa. A máscara é a única barreira que nós temos".

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

Campanha para doação do IR visa reforma de ala do M. Gesteira

GABRIEL GALINDO*

Para obter os recursos necessários para execução de reforma de uma enfermaria, o Hospital Martagão Gesteira inicia campanha em parceria com a Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (Apeb) de incentivar a doação de parte do Imposto de Renda (IR) de pessoas físicas e jurídicas.

Cada pessoa ou empresa pode doar até 3% do seu IR. De acordo com o gerente de captação de recursos do Martagão, Felipe Feitosa, es-

te é um procedimento fácil e sem custo para o contribuinte. A ação é feita optando por destinar parte do seu imposto para um projeto social que seja de conhecimento e confiança.

Um vídeo-tutorial disponível no canal do Martagão Gesteira, no YouTube, orienta quem estiver interessado. A reforma da enfermaria custa R\$ 2 milhões. "O objetivo maior é alcançar o máximo possível de pessoas", afirmou Felipe Feitosa.

O hospital está buscando em todo o estado, órgãos e

grupos que lutam em prol da saúde da criança na Bahia, que são fundamentais para multiplicar essa possibilidade de doação do imposto de renda, que poucas pessoas conhecem.

"É uma campanha promissora que pode modificar a cultura do nosso estado, no sentido de destinação do Imposto de Renda e nos acostumar a doar dessa forma", acredita a presidente da Apeb, Cristiane Guimarães.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

Vacinação é ampliada para 65 anos, além de outros públicos

TÁCIO CALDAS*

A campanha de vacinação, hoje, público com 65 e 66 anos ou mais, divididos em dois períodos. Também serão contemplados profissionais da saúde e moradores das comunidades de Martelo e Maracanã em Ilha de Maré.

Na capital, das 8h às 12h, serão imunizados as pessoas com 66 anos ou mais. Das 13h às 17h, será a vez dos indivíduos com 65 anos ou mais nascidos entre 30 de março e setembro de 1955.

Profissionais autônomos (farmacêuticos, auxiliar e técnico de enfermagem, auxiliar e técnico da saúde bucal, enfermeiros, médicos, fisioterapeutas e odontólogos) devem apresentar carteira do conselho de classe e cópia do último Imposto de Renda, ou comprovante atual de pagamento do ISS, contrato de Pessoa Jurídica ativo ou última nota fiscal. Já os trabalhadores de estabelecimentos de saúde devem apresentar documento de identificação com foto mais cópia do último contrache-

que ou última nota fiscal. O esquema vacinal da 2ª dose segue normalmente.

Ontem, foi iniciada a imunização de pacientes renais crônicos que fazem hemodiálise. É preciso ter o nome na lista disponibilizada no site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) www.saude.salvador.ba.gov.br/servicos/servicos-online/vacinao-profissionais. No local, deverá ser apresentado um documento com foto.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

TRIBUTAÇÃO Pouco mais de 8,9 mil brasileiros entregaram a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física este ano; a expectativa é 32,6 mil declarações

Apenas 27% dos contribuintes acertaram contas com o Leão

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

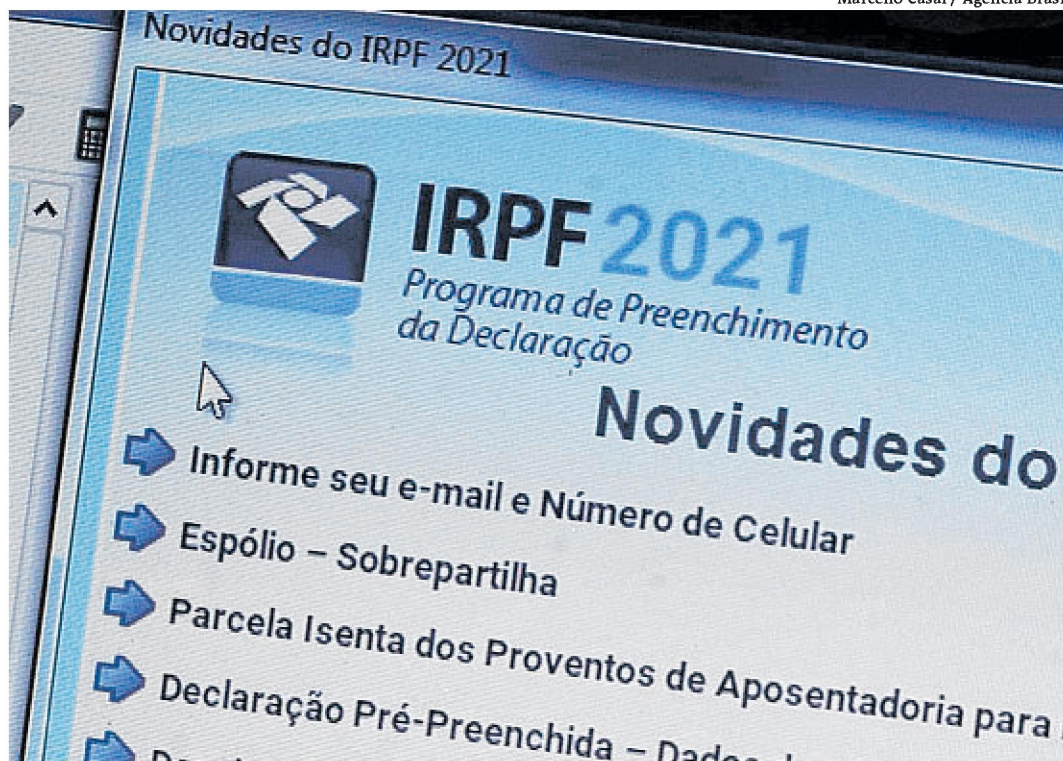
Nas quatro primeiras semanas de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, 8.992.283 contribuintes acertaram as contas com o Leão. Isso equivale a 27,6% do previsto para este ano. O balanço foi divulgado na tarde de ontem pela Receita Federal, com dados apurados até as 11h.

Neste ano, o Fisco espera receber até 32.619.749 declarações. No ano passado, foram enviadas 31.980.146 declarações. O prazo de entrega começou em 1º de março e irá até as 23h50min59s de 30 de abril.

O programa para computador está disponível na página da Receita Federal na internet. Quem perder o prazo de envio terá de pagar multa de R\$ 165,74 ou 1% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

A entrega é obrigatória para quem recebeu acima de R\$ 28.559,70 em rendimentos tributáveis em 2020. Isso equivale a um salário acima de R\$ 1.903,98, incluído o décimo terceiro.

Também deverá entregar a declaração quem tenha recebido rendimentos isentos acima de R\$ 40 mil em 2020, quem tenha obtido ganho de capital na venda de bens ou realizou operações de qualquer tipo na Bolsa de Valores, quem tenha patrimônio acima de R\$ 300 mil até 31 de dezembro do ano passado e quem optou pela isenção de imposto de venda de um imóvel residencial



Marcello Casal / Agência Brasil

Entre as novidades deste ano está a declaração do auxílio emergencial

para a compra de um outro imóvel em até 180 dias.

Pelas estimativas da Receita Federal, 60% das declarações terão restituição de imposto, 21% não terão

imposto a pagar nem a restituir e 19% terão imposto a pagar.

Assim como no ano passado, serão pagos cinco lotes de restituição. Os reembolsos serão distribuídos nas seguintes datas: 31 de maio (primeiro lote), 30 de junho (segundo lote), 30 de julho (terceiro lote), 31 de agosto (quarto lote) e 30 de setembro (quinto lote).

Este ano

As regras para a entrega da declaração do Imposto de Renda foram divulgadas na semana passada pela Receita. Entre as principais novidades está a obrigatorie-

dade de declarar o auxílio emergencial de quem recebeu mais de R\$ 22.847,76 em outros rendimentos tributáveis e a criação de três campos na ficha "Bens e direitos" para o contribuinte informar criptomoedas e outros ativos eletrônicos.

O prazo para as empresas, os bancos e as demais instituições financeiras e os planos de saúde fornecerem os comprovantes de rendimentos acabou em 26 de fevereiro. O contribuinte também deve juntar recibos, no caso de alugueis, de pensões, de prestações de serviços, e notas fiscais, usadas para comprovar deduções.

A entrega da declaração é obrigatória para quem recebeu acima de R\$ 28.559,70 em 2020

GESTÃO

Nova diretoria da FECBahia toma posse

DA REDAÇÃO

A nova diretoria da Federação de Consórcios da Bahia (FECBahia) tomou posse ontem. A nova gestão, presidida pelo prefeito de Andaraí, na Chapada Diamantina, Wilson Cardoso, deve atuar no biênio 2021/22.

A cerimônia, que ocorreu por meio eletrônico, contou com o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Zé Cocá, o vice-governador João Leão, e outras autoridades.

O presidente da UPB parabenizou Wilson Cardoso e reiterou o desejo de fazer com que as instituições atuem em conjunto. "Precisamos nos unir e debater forte, junto ao governo do estado e do governo federal, para que a gente possa ter nos consórcios uma das maiores ferramentas municipalistas do Brasil", disse.

'Capacitação de equipe'

"Os consórcios estão longe de serem o ideal, precisamos capacitar as equipes e ter os consórcios organizados. Essa é uma ferramenta de baratear o que é caro, precisamos comprar equipamentos, remédios, contratar serviços, e a UPB e a FEC a partir de hoje passa a ser uma única nesta luta", completou Cocá.

Em sua fala, Wilson Cardoso agradeceu aos seus colegas de diretoria, e reiterou a necessidade de buscar tec-

nologias para tratamento da água, resíduos, agricultura familiar e a agropecuária, fortalecendo a economia e a infraestrutura regional "através da força dos consórcios".

O gestor destacou ainda a importância de equipar os consórcios públicos com maquinário e de baratear custos, citando o exemplo da pavimentação nos municípios.

Parcerias importantes

Este pensamento também foi defendido por diversas autoridades que se pronunciaram. João Leão, vice-governador, salientou a força que os consórcios representam.

"Vamos fazer a Bahia ser a locomotiva do Brasil com o fortalecimento dos consórcios públicos. Podem contar comigo nesta nova caminhada", frisou Leão.

Os senadores Jaques Wagner e Otto Alencar, além de defenderem a consolidação dos consórcios municipais, destacaram a garra e a determinação de Wilson Cardoso e da nova diretoria como fundamentais para que a FECBahia seja cada dia mais forte.

"Todos nós, os três senadores da Bahia, estaremos de portas abertas para fazer com que a federação seja cada dia mais fortalecida. Com a força de trabalho de Wilson muitos desafios serão superados. Eu tenho certeza disso", afirmou Wagner.

DINHEIRO

Juros de empréstimos recuam em fevereiro

PEDRO PEDUZZI

Agência Brasil, Brasília

A taxa média de juros cobrados de famílias e empresas em fevereiro ficou em 28,1% ao ano, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas ontem pelo Banco Central. O percentual representa recuo de 0,4 ponto percentual na comparação com janeiro; e de 6 pontos percentuais no acumulado de 12 meses.

Esses dados são do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado tem regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

De acordo com o documento, a taxa média de juros para pessoas físicas no crédito livre está em 40,1% ao ano, o que representa uma alta de 0,6 ponto percentual em relação a janeiro. Em 12 meses, o resultado representa uma queda de 6,8 pontos percentuais.

Segundo o BC, o aumento da taxa cobrada para pessoas físicas reflete principalmente os aumentos dos juros cobrados no cartão parcelado (5,6%) e na composição da dívida (2,7%), que é uma negociação com modalidades diferentes de crédito.

PREVIDÊNCIA

Agências do INSS não abrem onde feriados foram antecipados

PEDRO PEDUZZI

Agência Brasil, Brasília

As agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não abrirão nas cidades em que os governos locais anteciparam feriados e pontos facultativos, como medida de combate à pandemia. A portaria prevendo a medida foi publicada no Diário Oficial da União de ontem.

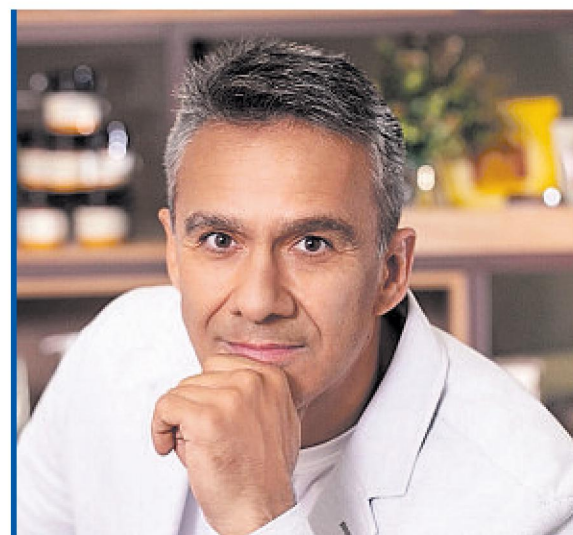
O instituto informou também que está entrando em contato com os segurados que tinham atendimento agendados para o período, para reagendar o horário. No entanto, alerta que alguns contatos podem ser inviabilizados devido a desatualizações nos cadastros: "Caso não receba nenhuma ligação do instituto, o segurado que possui horário agendado de 26 de março a 1º de abril deve ligar para o telefone 135 e remarcar o atendimento. O INSS orienta os segurados a não se dirigirem às agências durante esse período".

Norte e Centro-Oeste

O INSS acrescenta que, após duas semanas com o atendimento suspenso, reabrirá suas agências nas regiões Norte e Centro-Oeste – mas apenas para atendimentos agendados. Nas agências onde são realizadas perícias médicas e avaliações sociais não haverá atendimento.



Avatim: do perfume para interiores às linhas corporais



CÉSAR FAVERO

Sócio-fundador da Avatim

Especializada em marketing olfativo, a Avatim surgiu quando dois amigos se uniram para investir no ramo, ainda incipiente no Brasil nos idos de 2002. A então nova empresa de aromatizantes de ambientes, fundada em Ilhéus (BA), então elevou o status do produto e criou o perfume para interiores, item da marca que segue fazendo grande sucesso entre os clientes.

Ainda naquele período, a Avatim passou a desenvolver fragrâncias exclusivas para outras empresas, como o Hotel Copacabana Palace, no Rio. Lá, os hóspedes podiam sentir o perfume especial desde o hall de entrada até as roupas de cama. A marca também já desenvolveu identidade olfativa com exclusividade para a prefeitura de Salvador, Daniela Mercury, Ivete Sangalo, Camarote Expresso 2222 e Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

A Avatim avançou e passou a combinar suas fragrâncias com um grande leque de produtos em linhas de cuidados pessoais e para a casa. Em 2017, um dos perfumes da marca, o Gigi, venceu a mais importante premiação do segmento de cosméticos na América Latina, o troféu Atualidade Cosmética, na categoria perfumaria feminina.

Respeitando sua origem, em meio à mata atlântica do sul da Bahia, a Avatim busca inspiração na biodiversidade brasileira para desenvolver os mais de 400 produtos do portfólio atual. São difusores, perfumes para interiores, hidratantes, esfoliantes, sabonetes, colônias, dentre outros produtos voltados para o bem-estar, todos feitos sem uso de testes em animais e livres de parabenos.

Atualmente, são mais de 160 lojas em 26 capitais e interior do Brasil, além de uma rede de três mil revendedores e distribuidores.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

FOCUS

Mercado eleva projeção da inflação para 4,81%

ANDREIA VERDÉLIO
Agência Brasil, Brasília

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano subiu de 4,71% para 4,81%. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2022, a estimativa de inflação é de 3,51%. Tanto para 2023 como para 2024 as previsões são de 3,25%.

O cálculo para 2021 está acima do centro da meta de

inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 2,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2021 em 5% ao ano.

24h**BAHIA**

4

Correio
Salvador, terça-feira, 30 de março 2021

Satélite

*Os bastidores da política baiana***POR JAIRO COSTA JÚNIOR**

jairo.junior@redabahia.com.br



@satelite

Muito triste o que aconteceu no Farol da Barra, um dos nossos cartões postais virando cenário de guerra. Que Deus tenha piedade de nós
Cacá Leão

Deputado federal do PP da Bahia, ao comentar a apátrida e a rebeldia a morte de um PM em ruínas e a morte na cela

PIÚLA

Enigma da vez Ao avaliar o resultado da primeira pesquisa do Instituto Paraná sobre a sucessão estadual de 2022, que apontou kanga frente do ex-prefeito ACM Neto (DEM) sobre o senador Jaques Wagner (PT), cardiais da base do Palácio de Ondina passaram a se perguntar se a criatura será capaz de transferir votos ao criador. A dúvida se dá porque isso nunca aconteceu nas disputas pelo governo baiano. Caso o governador Rui Costa devolva a Wagner o presente que recebeu em 2014, vai conseguir um feito histórico.

Cerco na fila de prioridade

Para coibir eventuais fraudes na próxima fase da vacinação contra a covid em Salvador, voltada a pessoas com comorbidade de qualquer faixa etária, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) decidiu iniciar a imunização desse público a partir de pacientes cadastrados no SUS com histórico de males do grupo de risco para o coronavírus, tais como portadores de diabetes, doenças cardíacas e pulmonares, obesidade mórbida, imunodepressão, gestantes e mulheres em pós-parto - renais crônicos começaram a receber a dose ontem. Para o chefe da SMS, Leo Prates, a medida evitaria brechas, ao menos na etapa inicial da chamada fase 3, para o uso de atestados fraudulentos com intuito de burlar a fila, já que o histórico do paciente no SUS serve como prova fidedigna de comorbidade.

CONTA E RISCO

Para os demais pacientes da próxima etapa, a ideia é abrir o sistema de vacinação para que cada médico com registro no Cremeh possa atestar oficialmente a comorbidade, assumindo o risco em hipótese de irregularidade.

Aviso prévio

A estratégia para evitar barrar ilegalidades na fase 3 vem sendo traçada em conjunto com o Ministério Público do Estado, após alertas feitos por técnico da Secretaria de Saúde sobre a probabilidade de fraudes com atestados médicos. Apesar de esforços do poder público e das entidades de classe para combater a prática, ela ainda é comum e pode ser ampliada diante da crise sanitária.

Tesourada na folha

Desde que assumiu a presidência da Assembleia Legislativa, há cerca de dois meses, o deputado estadual Adolfo Menezes cortou quase 200 cargos dos quadros da Casa, sendo grande parte do número composto por servidores nomeados via Reda. Ao mesmo tempo, Menezes determinou a revisão da maioria dos contratos da Assembleia, com vistas a reduzir, em média, 20% dos valores.

Vacina anticuia

O objetivo de Adolfo Menezes é o mesmo que o de presidente anterior, Nelson Leal (PP): terminar o mandato à frente da Assembleia sem recorrer à suplementação orçamentária do governo estadual, como fizeram os demais antecessores.

Riso largo

É alta a expectativa no Ministério da Infraestrutura para o leilão do primeiro trecho da Fiol, previsto para quinta-feira da semana que vem. Na cúpula da pasta, não há dúvida de que o lote entre Caetitê e Ilhéus será arrematado no dia 8, mais precisamente por um consórcio liderado pela Bamin, um das principais interessadas na ferrovia e apontada por fontes do mercado como candidata única à concessão.

Segundo trilho

Uma vez concluído o leilão da Fiol, o ministério vai concentrar esforços para qualificar, já na próxima reunião do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), o projeto de construção de uma linha férrea para escoar a produção agrícola do Mato Grosso por Ilhéus. No caso, um braço de ferrovia entre Lucas do Rio Verde e Caetitê.

Dificuldade para montar equipes de UTI atinge Bahia e 7 estados

SEM PROFISSIONAIS O agravamento da pandemia no Brasil pressiona hospitais, que já lidam com a insuficiência de leitos e escassez de remédios. O risco de um apagão de profissionais especializados também é um problema. Gestores e entidades médicas de pelo menos nove estados, incluindo a Bahia, relatam falta de intensivistas, dificuldades no atendimento ou necessidade de abrir rodadas de processos seletivos para contratar temporários.

Na Bahia, informações oficiais do governo mostram que a demanda ainda tem sido atendida, mas os dados já apontam “dificuldades” para achar profissionais. Em Salvador e região metropolitana, foram abertas cerca de 2 mil vagas este mês. Também no Nordeste, o Piauí admite que a dificuldade maior é a de encontrar médicos. Foram ao menos dois processos seletivos em 2020. A rede pública já teve 1.112 contratados e hoje são 1.004.

24h

ECONOMIA

Fausto Ribeiro vai presidir Banco do Brasil

MUDANÇA O Banco do Brasil comunicou ontem que o Ministério da Economia encaminhou para análise e manifestação do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem) do banco o processo de indicação de Fausto Ribeiro para presidir a instituição financeira. E informou também que o Corem irá se reunir para avaliar a indicação.

O governo federal anunciou a indicação de Fausto Ribeiro para ser o próximo presidente-executivo do BB no último dia 18, após o atual mandatário, André Brandão, ter renunciado ao

cargo. Ribeiro é funcionário de carreira no BB desde 1988.

Ele será o terceiro presidente do banco em cerca de seis meses, com Brandão saindo após desgaste com o presidente Jair Bolsonaro depois do anúncio em janeiro de um plano da instituição que incluía demissões e fechamento de agências. Brandão estava no cargo desde setembro de 2020.

Ribeiro é formado em Direito e Administração de Empresas, tem especialização em finanças internacionais e pós-graduação em Economia.



Fausto Ribeiro: no BB desde 1988

Desde de setembro de 2020, ocupava o cargo de diretor presidente da BB Consórcios, subsidiária do Banco do Brasil. Antes, ele estava na função de gerente executivo da Diretoria de Contadoria.

No BB, o executivo também foi gerente de canais e coordenou a unidade espanhola do banco. Agora, o nome de Ribeiro será encaminhado ao Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade do BB. O estatuto social do banco estabelece que o presidente do BB é nomeado pelo presidente da República.

ECONOMIA

CONFIANÇA DO SETOR DE SERVIÇOS CAI 5,6 PONTOS

EFEITO PANDEMIA O Índice de Confiança de Serviços (ICS) despencou 5,6 pontos em março, para 77,6 pontos, segundo divulgou ontem a Fundação Getúlio Vargas. Trata-se do menor nível desde junho do ano passado (71,7 pontos). Em médias móveis trimestrais, o índice se manteve em tendência decrescente pelo quarto mês consecutivo ao cair 2,9 pontos.

“A piora da satisfação dos empresários e aumento do pessimismo em relação ao curto prazo sinalizam as dificuldades do setor diante o recrudescimento da pandemia, aumento das medidas restritivas e cautela dos consumidores”, avaliou Rodolpho Tobler, economista do FGV.

Segundo a FGV, a queda da confiança entre os empresários do setor de serviços atingiu 11 dos 13 segmentos pesquisados em março. O Índice de Situação Atual (ISA-S) caiu 4,2 pontos, para 74,4 pontos, menor nível desde julho do ano passado (71,0 pontos). O Índice de Expectativas (IE-S) cedeu 6,7 pontos, para 81,3 pontos, o pior resultado desde junho do ano passado.

Mercado eleva previsão de inflação para 4,81% em 2021

QUEDA DO PIB Os analistas do mercado financeiro elevaram a estimativa de inflação para 2021 pela décima segunda semana seguida e também passaram a projetar um crescimento menor do Produto Interno Bruto (PIB).

As informações estão no boletim de mercado, conhecido como relatório “Focus”, divulgado nesta segunda-feira (29) pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para este ano passou de 4,71% para 4,81%.

Com o novo aumento, a expectativa de inflação do mercado continua acima da meta central deste ano, de 3,75%. Pelo sistema de metas, não haverá descumprimento se a inflação oscilar entre 2,25% e 5,25% em 2021.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário

Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Em 2020, pressionado pelos preços dos alimentos, o IPCA ficou em 4,52%, acima do centro da meta para o ano, que era de 4%, mas dentro do intervalo de tolerância. Foi a maior inflação anual desde 2016.

O Relatório de Mercado Focus trouxe, ainda, alteração na projeção para o resultado primário do governo em 2021. A relação entre o déficit primário e o PIB este ano passou de 3,00% para

3,10%. No caso de 2022, passou de 2,09% para 2,10%. Há um mês, os percentuais estavam 2,80% e 2,00%, respectivamente.

Já a relação entre déficit nominal e PIB em 2021 passou de 7,10% para 7,50%, conforme as projeções dos economistas do mercado financeiro. Para 2022, passou de 6,75% para 6,80%. Há quatro semanas, estas relações estavam em 7,00% e 6,60%, nesta ordem.

O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já após as despesas com juros.

Os economistas do mercado financeiro mantiveram a projeção para a balança comercial em 2021 na pesquisa Focus, de superávit comercial de US\$ 55 bilhões. Um mês atrás, a previsão era de US\$ 55,10 bilhões. Para 2022, a estimativa de superávit passou de US\$ 50 bilhões para US\$ 50,50 bilhões, ante US\$ 50 bilhões um mês antes.

5%

Ao ano foi a previsão do mercado financeiro para a taxa básica de juros, a Selic, no fim de 2021. Com isso, o mercado segue prevendo alta dos juros no decorrer de 2021.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Bolsonaro piora crise do governo

O governo Bolsonaro está numa crise sistêmica. As áreas estão colapsando, nada funciona. O presidente ficou acuado pelo centrão, que queria mais espaço, e pelos movimentos do Senado contra o ex-ministro das Relações Exteriores, Cedeu, mas fez ao mesmo tempo várias mudanças e numa delas tocou numa questão sensível: a militar. Na semana passada, ele foi claro com o general Fernando Azevedo. Quería que o Exército desse "mais demonstração de apreço" ao governo dele. Era nova pressão para tirar o comandante do Exército, Edson Pujol. Uma fonte próxima do presidente, e também militar, me disse que o general Azevedo também "estava cansado dessa loucura toda".

A demissão de Fernando Azevedo desviou as atenções do fato de que o Senado exigiu a cabeça de Ernesto Araújo e a obteve. O que é um alívio, porque Ernesto foi um desastroso ministro das Relações Exteriores. "Para não mostrar sinal de fraqueza, ele jogou a bomba para desviar a atenção", me contou uma fonte do governo. Nas Forças Armadas, a demissão do ministro da Defesa foi entendida como sendo o passo para que Bolsonaro tente usar o que ele

chama de "meu Exército". O general Fernando Azevedo vinha tentando fazer "um meio de campo", me disse a fonte, para evitar que o presidente continuasse com o seu projeto de tratar as Forças Armadas como se dele fossem.

Essa fumaça toda não consegue esconder o colapso gerencial em diversas áreas. Não é apenas na política externa. Na saúde, educação, diplomacia, economia, articulação política, Casa Civil. Esse governo é incompetente, mas o nível a que chegou durante a pandemia é como se fosse uma pessoa com artérias entupidas fazendo um teste de esforço. Está infartando. O país vai tentando contornar os obstáculos, criando vias alternativas, mas nem sempre consegue. O problema é que o preço tem recaído sobre a sociedade, quando ela mais precisa que

a administração pública funcione.

O centrão acha que pode corrigir essa bagunça e está pedindo vários ministérios. Nos últimos dias pediu seis. Quería a Saúde, mas não obteve. Quer Turismo, Educação, Minas e Energia, Secretaria de Governo e Casa Civil. Bolsonaro teve que ceder, e nomeou a deputada Flávia Arruda para a articulação política. O delegado Anderson Torres, da PF, que virou ministro da Justiça, é ligado a Bolsonaro, mas agrada também à bancada da bola, e vai aprofundar a intervenção na PF. O centrão pedirá mais para apoiar um governo em desmonte. Mesmo se Bolsonaro ceder, não resolverá o crise. Não é uma questão de reposição de peças. Há muitos problemas criados por ineficiência dos ministros, e o presidente em si é um fator desorganizador de toda a

administração.

O orçamento todo defeituoso e cheio de ilegalidades fiscais não foi feito sozinho pelo senador Márcio Bittar. Ele é resultado também dos erros da articulação política comandada pelo general Eduardo Ramos, agora na Casa Civil e das omissões do Ministério da Economia. No fim de semana, o Tesouro informou ao governo que aquilo não podia ser sancionado. O medo que ronda o governo é que sancionar torne o presidente parte do crime de responsabilidade fiscal. Expressão que Bolsonaro treme só de ouvir. A demissão do Advogado-Geral da União, José Levi, foi pelo fato de a AGU não ter assinado a ação contra os governadores no Supremo que, pela falta dessa assinatura, foi derrubada pelo ministro Marco Aurélio.

Bolsonaro escalou a sua pressão para usar os militares da ativa. Por isso Azevedo escreveu na nota que "preservou as Forças Armadas como instituições do Estado". O general Pujol se colocou como um obstáculo ao desejo de Bolsonaro. Ele decidiu demitir Pujol. O então ministro da Defesa se colocou na frente. Azevedo sempre será criticado por ter estado naquele helicóptero que sobrevoou uma manifestação antidemocrática no ano passado. Mas militares explicam que foi uma armadilha de Bolsonaro. Na hora de entrar no helicóptero para fazer uma exibição de força, ele puxou o ministro da Defesa. Azevedo admitiu a colegas que foi constrangido e, assim que pousaram, ele foi para longe daquela manifestação.

Bolsonaro tentou fazer três movimentos ontem. Agradar o centrão, acalmar o Senado, que estava em pé de guerra, e derrubar mais barreiras para o uso dos militares da ativa para demonstrar força e dissuadir adversários.

Bolsonaro tenta saciar o centrão e usar os militares da ativa como apoio. O troca-troca não resolve a crise e pode aprofundá-la.



Acesso ao Porto de Salvador foi liberado pelos grevistas ontem e movimentação deve se normalizar

Caminhões voltam a ter acesso ao Porto

Greve encerrada Motoristas autônomos conseguem reajuste de 18% após três anos

Donaldson Gomes
EDITOR
@donaldsongomes

A greve dos transportadores autônomos que movimentam cargas no Porto Salvador chegou ao fim ontem, após um acordo entre os trabalhadores e as empresas transportadoras por um reajuste de 18% no valor do frete. O movimento grevista de seis dias foi a segunda demonstração da disposição dos caminhoneiros de cruzarem os braços neste ano em busca de melhores condições de trabalho. Em primeiro de fevereiro representantes da categoria convocaram um dia de paralisação nacional.

Em Salvador, aproximadamente 1,5 mil motoristas autônomos respondem por 75% das cargas movimentadas no Terminal de Contêineres (Tecon), estima o sindicalista. Embora não exista um número oficial, uma fonte que conhece a operação do Tecon estima que apenas aproximadamente 150 contêineres de frutas da região do Vale do São Francisco - carga perecível - precisaram ser escoados dos outros portos no período.

No caso das outras carnes de exportação, não teria havido prejuízo porque as mesmas

devem ser movimentadas nas próximas duas semanas. Em relação à importação, também não houve cancelamentos de escala. O pátio do Tecon está com mais de 7 mil TEUs (equivalentes ao contêiner tamanho padrão) para movimentar.

Se entre os transportadores autônomos do Porto de Salvador houve uma solução encaminhada, o mesmo não se pode dizer do cenário nacional, acredita Luciano Oliva, representante do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos do Estado da Bahia (Sindicam-Ba). Ele conta que o acordo firmado com as transportadoras prevê, além do reajuste de 18%, algumas vantagens para a categoria, como a definição de um prazo anual para a realização de novas conversas anualmente e a possibilidade de ajustes à variação nos preços do óleo diesel, principal insumo utilizado no transporte rodoviário.

O acordo foi firmado numa reunião realizada na sede da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), com a mediação do presidente da entidade, Carlos Autram, e representantes dos trabalhadores e empresas. De acordo com Oliva, todos os pedidos feitos foram atendidos, com exceção do reajuste solicitado, que era de 22%.

Os custos do setor de transporte são medidos pelo Índice Nacional da Variação de Custos do Transporte Rodoviário de Cargas Fracionadas (INCTF), calculado pela NTC&Logística. Nos últimos doze meses, entre março de 2020 e fevereiro de 2021, o indicador acumulou uma alta de 11,98%.

SETOR EMPRESARIAL

O diretor executivo da Usupport, Paulo Villa, lembrou que o momento é muito complicado para as empresas donas de carga e que o reajuste de 18% que as mesmas terão que negociar com as transportadoras é pesado. Porém, ressalta, é muito melhor arcar com o custo e resolver o problema. Villa diz que o tamanho do prejuízo pelos dias parados é até difícil de mensurar porque muitas empresas optam por reduzir ou até suspender a produção nessa situação, mas não se trata de algo fácil de mensurar.

"Momento não é fácil para nenhuma empresa, são raros os negócios ganhando dinheiro com essa crise toda gerada pela pandemia. Não é momento para radicalizar. Se foi um bom acordo, só o tempo dirá. O importante foi parar a greve porque a Bahia não suporta mais desemprego", pondera.

MOVIMENTO

18%

foi reajuste concedido para os motoristas autônomos pelas transportadoras

1,5 MIL

motoristas trabalham como transportadores autônomos no Porto de Salvador

75%

da movimentação de cargas são feitas através de condutores autônomos

7 MIL

contêineres estão no pátio do Tecon Salvador para ser escoados

150

contêineres de frutas deixaram de ser escoados

Ele conta que durante o período da paralisação teve apedrejamento de caminhões, ameaças e caminhoneiros que desistiram de carregar ou descarregar, além de muitos bloqueios de acessos.

CUSTOS PRESSIONAM

Embora o combustível tenha sido de longe o insumo que mais aumentou nos últimos anos, não é o único, destaca Luciano Oliva. "Todos os insumos necessários para fazer a manutenção em um carro estão muito caros", reclama.

Luciano Oliva explica que, embora a solução para os profissionais que atuam no Porto de Salvador tenha sido encaminhada ontem, ninguém deve se surpreender com novos movimentos de pressão relacionados ao transporte rodoviário. "Nós vivemos um momento parecido com aquele em 2018. E, só para lembrar, aquele movimento nacional em maio de 2018 começou exatamente aqui", diz.

O empresário Daniel Muricy, da Logic Logística, conta que foi necessário um grande esforço para alcançar o índice de 18%. A Logic é uma operadora logística baiana, associada da Usupport. "O índice nacional de custos do setor indicou um aumento entre 22% e 23% desde 2018 e como os autônomos representam grande parte dos caminhões que movimentam contêineres no porto, eles tem uma força muito grande", diz.

Ele explica que a negociação com os caminhoneiros tem efeito imediato em relação ao final da greve, mas os novos valores entrarão em vigor apenas depois de 20 dias. Agora, as transportadoras vão renegociar os contratos com os donos de carga, explica. Segundo ele, normalmente apenas uma parte do reajuste costuma ser repassada aos contratos. "O máximo que já consegui como transportadora foi de 7,9%. É uma negociação dura, a gente tem que bancar boa parte do aumento", explica.

Muricy conta que nos últimos anos os principais insumos relacionados ao transporte tiveram reajustes acima da inflação oficial do Brasil. "Nós vivemos uma situação é simples e complexa ao mesmo tempo porque os contratos já preveem reajustes anuais, mas as empresas não querem conceder os reajustes", destaca. Daniel Muricy acredita que o assunto deveria receber mais atenção por parte do poder público. "Impacto na economia é muito grande", aponta.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 30/03/2021	



Governo publica resultado de licitação para aquisição de equipamentos e veículos com investimento de R\$ 67 milhões

30 março 2021



A Secretaria da Administração (Saeb) publicou, na edição do Diário Oficial do Estado (DOE) da última quarta-feira (24), a homologação do Pregão Eletrônico 131/2020, para aquisição de equipamentos, veículos e máquinas arrematados pelo valor total de R\$ 67 milhões.

O processo licitatório foi solicitado pela Secretaria de Infraestrutura (Seinfra) para fornecer maquinários e veículos para os Consórcios Públicos que realizam obras de manutenção e conservação em cinco mil quilômetros de rodovias estaduais, beneficiando mais de 200 municípios baianos.

Realizada na modalidade pregão eletrônico, a licitação gerou uma economia de R\$ 8,2 milhões para o Estado, em decorrência do deságio registrado em relação ao preço referencial (R\$ 75,3 Milhões). A Saeb homologou o resultado da licitação, com os vencedores de 12 lotes, sendo que outros três foram considerados fracassados (propostas acima do preço referência) e um deserto (não houve interessados).

O Pregão 131/2020 foi realizado visando o Registro de Preço (RP), gerenciado pela SAEB, sendo uma forma de contratação que garante uma maior economia para o Estado, que só adquire o produto do fornecedor quando precisa, durante um prazo de doze meses. O pagamento também só é realizado no momento da compra do item.

Finalidade

Os lotes que foram licitados são compostos por itens como caminhões, tratores, rolos compactadores, usinas de asfalto e outros equipamentos. Os produtos ficam a disposição para retirada da Seinfra, que irá disponibilizar para os Consórcios Públicos (compostos por municípios baianos), conforme a necessidade. A Secretaria de Infraestrutura possui contrato com os Consórcios para realizar a manutenção e a conservação das estradas, dentro do Programa de Recuperação e Manutenção das Estradas Baianas (Premar).

A configuração de contratação via Consórcio Público para execução de obras nas rodovias baianas tem se mostrado eficiente e vantajosa financeiramente para o Estado. Os serviços de manutenção e conservação nas rodovias são descentralizados pelo Estado para um grupo de municípios associados (os consórcios públicos). Os consórcios são associações de direito público e não possuem fins lucrativos, além de não considerarem a incidência de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e depreciação dos equipamentos na composição dos preços, variantes cobradas dentro das planilhas de empresas privadas.

Fonte: Ascom/ Saeb

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 30/03/21	



Bahia Econômica
ARMANDO AVENA

PIB DO BRASIL EM 2021 DEVE CRESCER ABAIXO DA MÉDIA, APONTA BM



admin 30 Março, 2021

O Banco Mundial informou, hoje (29), que a previsão da instituição é que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresça 3% em 2021, abaixo da média prevista para a América Latina, de 4,4%. O PIB é a soma de bens e serviços que o país produz num período de tempo. Em 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB do Brasil caiu 4,1%. O Banco Mundial já havia divulgado a previsão de crescimento de 3% do PIB brasileiro em 2021, mas, na ocasião, a expectativa de alta para a América Latina era de 3,7%.

Foto : Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/03/21	



BRASIL DEIXOU DE EXPORTAR US\$ 56,2 BILHÕES EM 10 ANOS



admin 29 Março, 2021

A perda de espaço no comércio regional na última década fez o Brasil deixar de exportar US\$ 56,2 bilhões para a América do Sul nos últimos dez anos. A conclusão consta em levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o estudo, a participação do Brasil nas importações dos demais países sul-americanos (exportações brasileiras para os países vizinhos) caiu de 14,5% em 2010 para 10,7% em 2019. Da mesma forma, os países do subcontinente deixaram de vender para cá – o Brasil absorveu apenas 7,4% das exportações sul-americanas em 2019, contra 10,5% em 2010.

De acordo com a CNI, o encolhimento do comércio bilateral prejudica principalmente a indústria. Isso porque a América do Sul é o principal destino das vendas de manufaturados brasileiros, concentrando 38% das exportações industriais. Sob outra perspectiva, ao considerar apenas as exportações brasileiras para países sul-americanos, os manufaturados correspondem a 82%.

A queda no comércio com a Argentina, afetada por sucessivas crises econômicas e cambiais nos últimos anos, foi a principal responsável pela retração nas exportações brasileiras para a América do Sul. Da perda total de US\$ 56,2 bilhões, US\$ 39,2 bilhões (69,8%) concentram-se no país vizinho. O Brasil também deixou de exportar US\$ 5,9 bilhões (10,5%) para o Peru, US\$ 5,3 bilhões (9,4%) para a Colômbia e US\$ 2,4 bilhões para o Chile (4,3%).

O comércio do Brasil com a América do Sul encolheu ao mesmo tempo em que os demais países do subcontinente preencheram espaço com outros parceiros comerciais. De 2010 a

2019, as importações das economias sul-americanas subiram 12,9%, sobretudo da China, dos Estados Unidos e da União Europeia.

Estimativa

Para chegar ao cálculo dos US\$ 56,2 bilhões de perda comercial, a CNI estimou o valor que o Brasil teria exportado caso mantivesse a fatia de 14,5% nas importações dos países sul-americanos registrada em 2010. Em contrapartida, a participação da China nas importações sul-americanas subiu de 15% para 20,8%. Sob o mesmo critério, o percentual dos Estados Unidos passou de 17,5% para 19,5% e o da União Europeia cresceu mais timidamente, de 12,3% para 13,6%.

Esse espaço foi ocupado, sobretudo, pela China. A participação do país asiático nas importações dos países da América do Sul passou de 15% para 20,8% no período analisado. Os Estados Unidos também ampliaram sua participação na pauta de importação dos países sul-americanos. Esse percentual passou de 17,5% para 19,5% no período analisado. A União Europeia cresceu mais timidamente, de 12,3% para 13,6%.

Na divisão por setores, os segmentos de máquinas e aparelhos e de materiais elétricos ou mecânicos responderam por 37% do valor que o Brasil deixou de exportar para a América do Sul, com redução de US\$ 12,5 bilhões e de US\$ 8,1 bilhões na década, respectivamente. Outros setores industriais registraram perdas substanciais, como automóveis (-US\$ 4,8 bilhões), aeronaves (-US\$ 3,2 bilhões) e produtos químicos orgânicos (-US\$ 2,5 bilhões).

Competitividade e parcerias

Na avaliação da CNI, dois fatores explicam a queda nas exportações para a América do Sul: a perda de competitividade da economia brasileira e a paralisação da agenda de acordos comerciais do Brasil com países vizinhos. Em relação aos tratados comerciais, a paralisação decorre tanto da falta de ratificação de alguns acordos pelo Congresso como da falta de atualização e de ampliação daqueles vigentes.

Entre os tratados pendentes no Congresso Nacional estão o Acordo de Livre Comércio com o Chile, concluído em 2018, já promulgado pelo parceiro, e os acordos sobre compras públicas e facilitação de comércio entre os países do Mercosul. Em contrapartida, países sul-americanos concluíram acordos com os Estados Unidos, União Europeia, Coreia do Sul e, no caso do Chile e do Peru, também com a China.

A CNI pede a continuidade da agenda de reformas econômicas no Brasil e a ampliação de preferências tarifárias e da abrangência temática dos acordos comerciais do país com os vizinhos sul-americanos. A entidade também cobra medidas de apoio oficial às exportações, como a restituição de créditos de tributos sobre mercadorias exportadas, a modernização de acordos tributários e a reforma da lei de preços de transferência (preços cobrados entre importações e exportações de empresas do mesmo grupo).



Projeto tributário ajuda de caminhoneiros a donos de postos (e você, consumidor)

Matheus Bueno de Oliveira*

Está na fila de propostas a serem apreciadas pelo Congresso o Projeto de Lei Complementar 16/2021 (PLP 16), que trata do ICMS sobre combustíveis. Submetido ao regime de urgência, ele travará a pauta do Legislativo se não vier a ser avaliado até o final de março. A justificativa é a necessidade de conferir maior estabilidade ao preço daqueles produtos, necessários que são para as cadeias de distribuição de todos os setores e da própria locomoção da população.

Além de atrelado ao preço da commodity e afetado pela taxa cambial, o preço do combustível “na bomba” é substancialmente impactado pelo imposto estadual, que representa mais de um terço daquele, e varia frequentemente, pegando de surpresa, em especial, os caminhoneiros e transportadores, que mesmo no meio de uma viagem já contratada e precificada notam o custo de seu serviço ser severamente impactado. Como o sistema atual do ICMS impõe essa frequência de reajuste aos Estados, o PLP ataca na raiz o problema.

Como chegamos aqui? Bem, em 1988, quando a Constituição previu que o ICMS fosse devido a cada operação de venda, pelo preço praticado, acabou exigindo que os Estados se envolvessem num trabalho hercúleo de fiscalização de cada transação. Em prol da eficiência, o texto constitucional foi alterado logo em 1993 para incluir um mecanismo super valioso para a máquina estatal: o art. 150, parágrafo 7º, passou a expressamente

autorizar que o fisco, por meio da chamada substituição tributária (ST), aliviasse a ginástica de auditar e arrecadar tributos.

Com base nessa autorização, que também aproveita a outros tributos e tanto à União como aos Municípios, os Estados implementaram o regime ST para o ICMS de uma série de produtos, normalmente aqueles em se notou haveria enorme facilidade de concentrar a arrecadação em apenas um elo da cadeia. Na substituição “para a frente”, a obrigação fiscal de alguns (substituídos) é antecipada por outros que os antecedem (substitutos). Na substituição “para trás”, o ICMS fica sendo diferido para enfim vier a ser pago pelo último elo.

Os combustíveis foram tradicionalmente alvos preferidos da sistemática, na modalidade “para frente”, pois trata-se de um setor com poucas fontes e muitos destinos. Em vez de fiscalizar cada um dos milhares de revendedores, os Estados exigem o recolhimento apenas pelas poucas refinarias e importadoras. Assim, por meio da ST, aquela multidão de postos de combustível pelas esquinas de todo o país deixou de precisar ativamente preencher e recolher guias de ICMS sobre suas vendas diárias. No lugar disso, a fonte do produto passou a atuar como substituta e antecipar o tributo que seria em algum momento devido por aqueles.

Mas o desafio lógico dessa antecipação é que ela mira transações futuras e incertas. Afinal, qual preço (base de cálculo) deve ser utilizado para a ST num mercado livre e não

tabelado, se a venda em concreto pode demorar dias, semanas ou até meses para ocorrer a partir do recolhimento? A solução foi aplicar tabelas de valor presumido (pautas) ou margens presumidas de lucro (MVA) estabelecidas pelos Estados.

Só que o fisco precisa constantemente atualizar tais bases presumidas para que estas não fiquem defasadas em relação ao que se verifica no mercado, o que significaria perda de arrecadação. Resultado: constantes alterações no preço (normalmente, aumentos quinzenais). Para piorar, em 2016 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, se o preço efetivo da transação vier a se mostrar diferente daquele usado na antecipação,

caberia um ressarcimento ou cobrança adicional do ICMS, algo que até então não ocorria com base numa decisão (pasmem) do mesmo STF. Resultado: mais pressão para que os Estados frequentemente alterem o ICMS dos combustíveis, para evitarem terem de realizar cobranças adicionais (ou arrecadar e logo terem de conceder ressarcimentos).

E como o PLP 16 altera o sistema? Simples e elegantemente substituindo o regime ST pelo chamado monofásico. Na prática, o ICMS de toda a cadeia continuaria a ser recolhido por importadoras e refinarias, mas agora não haveria mais ajustes se o preço concreto for diferente da base do imposto. Por fim, qualquer aumento pretendido pelos Estados só poderia entrar em vigência depois de 90 dias.

O objetivo de conferir maior estabilidade ao preço de combustíveis é alcançado, com o grande trunfo de imprimir eficiência ao sistema sem grandes solavancos com a rotina atual, que fica mais leve. Mais um exemplo de que o cúmulo da sofisticação é a simplicidade.

Para melhorar: o projeto pega carona numa experiência bem sucedida. Outros tributos, como o PIS/COFINS, já são monofásicos em alguns setores há anos, sendo notável a eficiência em comparação à agora retrógrada ST. Na verdade, desde 2001 há autorização no artigo 155, parágrafo 2º, XII, h, da Constituição Federal para lei complementar “definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez (...)”. Só faltava uma pressão popular para ela nascer, ao que parece.

Em resumo, os benefícios almejados pelo governo ao apresentar o PLP 16 são coerentes e factíveis. Existe uma sensível melhora em relação ao sistema atual, em que o custo de um frete costuma ser impactado inclusive no decorrer de uma viagem rodoviária. Cria-se maior previsibilidade de custos e menos instabilidade nos preços na bomba. Não apenas os caminhoneiros escapam de surpresas geradas pelo ICMS, mas igualmente as cadeias de distribuição – virtualmente todas, pois ainda dependentes de combustíveis fósseis, seja qual for o modal. Torçamos para que o Congresso reconheça tais ganhos e aprove o PLP 16.

***Matheus Bueno de Oliveira é advogado em São Paulo, graduado pela USP e possui LL.M. pela Georgetown University**

mercado

Emendas do Orçamento privilegiam estados de aliados de Bolsonaro

Rodovias, adutoras e barragens ganham recursos após pressão de integrantes do centrão

Thiago Resende e Fábio Pupo

BRASÍLIA A ampliação na verba para obras patrocinadas por congressistas no Orçamento de 2021 privilegiou projetos em estados de aliados do presidente Jair Bolsonaro.

A manobra, que tirou dinheiro de despesas obrigatórias, como Previdência, gerou um impasse jurídico, e o Ministério da Economia considera o projeto de Orçamento, aprovado pelo Congresso na semana passada, inviável.

Rodovias, adutoras e barragens ganharam recursos no Orçamento após pressão de integrantes do centrão por mais emendas parlamentares. O centrão é um grupo de partidos que se aproximaram de Bolsonaro após a liberação de cargos de indicação política e dinheiro para mais emendas.

Estados de políticos próximos de Bolsonaro, como Paraíba, Rio Grande do Norte, Amapá e Piauí, estão entre os mais beneficiados pela verba extra. A comparação é com base na proporção entre o dinheiro recebido e o tamanho da bancada no Congresso.

Integrantes do PP, do PL e do Republicanos — núcleo duro da nova base de apoio de Bolsonaro no Congresso — são políticos desses estados, como o líder do PL na Câmara, Wellington Roberto (PB); o líder do Republicanos na Câmara, Hugo Motta (PB); o presidente do PP senador Ciro Nogueira (PI); o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP); além do ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), ex-deputado que pediu a ampliação de recursos para obras em 2021.

Essas emendas foram distribuídas pelo relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), após negociações com lideranças no Congresso. Como não havia um critério fixo, a alocação do dinheiro seguiu um formato político, segundo pessoas que participaram das tratativas. Bittar cortou R\$ 26,5 bilhões da verba de despesas obrigatórias, como aposentadorias, pensões, benefícios previdenciários, abono salarial e seguro-desemprego. Ele usou cerca de R\$ 26 bilhões para bancar as chamadas emendas de relator, incluídas por ele mesmo no Orçamento.

Assim, o Congresso ampliou de aproximadamente R\$ 22 bilhões para R\$ 48,8 bilhões a

fatia do Orçamento aplicada com base em critérios de parlamentares. Esse volume de verba se recorde.

No Orçamento de 2020, as emendas parlamentares somaram inicialmente cerca de R\$ 50,5 bilhões, em valor corrigido pela inflação.

No entanto, após o presidente Bolsonaro se aproximar do centrão e com a chegada do coronavírus no Brasil, o Congresso encerrou o embate com o governo envolvendo o controle de parte do Orçamento. A fatia do Congresso caiu para aproximadamente R\$ 38 bilhões.

Para este ano, a maioria desses recursos foi colocada em ações sem carimbo para estados específicos.

No entanto, cerca de R\$ 1,5 bilhão já foi endereçado nas negociações políticas a projetos já selecionados, como adequações rodoviárias e projetos de irrigação no Piauí.

Estados como Espírito Santo, Rondônia e o Distrito Federal, por exemplo, não receberam recursos das emendas de relator. Das unidades da Federação beneficiadas, São Paulo — governado por João Doria (PSDB), adversário de Bolsonaro — ficou no fim da lista.

No Orçamento de 2020, o Congresso também usou esse mecanismo de emendas de relator para agradar a líderes partidários. Mas, de um total de R\$ 30 bilhões, foram alocados R\$ 600 milhões para obras de estados escolhidos.

A estratégia, portanto, ganhou força neste ano.

Emenda parlamentar é a forma de um congressista por sua digital num verba para projetos na base eleitoral. Isso gera ganhos políticos para deputados e senadores de olho nas eleições de 2022. Esse capital eleitoral também atrai o governo, pois o desenrolar das obras pode tornar mais positiva a avaliação de Bolsonaro.

O presidente tem buscado melhorar sua imagem no Nordeste, regiões onde perdeu para o PT na eleição de 2018. Para isso, ele conta com um aliado, o ministro Marinho. A pasta de Desenvolvimento Regional tem como tarefa realizar obras hídricas, de saneamento e de habitação, por exemplo.

Marinho — que segundo integrantes do governo tem intenção de concorrer a um cargo político em 2022 — também foi beneficiado pelas al-

Relator do Orçamento-2021 prioriza aliados do governo em emendas

Estado	Emendas escolhidas pelo relator		Bancada no Congresso		Emendas por tamanho da bancada	
	Em R\$ milhões		Bancada total		Em R\$ milhões	
BA	158,7	42	3,8			
MG	154	56	2,8			
PB	153,7	15	10,2			
SC	122,5	19	6,4			
PI	95,7	13	7,4			
RN	91,4	11	8,3			
AP	88,6	11	8,1			
AL	84,5	12	7			
PA	83,5	20	4,2			
PE	83,1	28	3			
GO	75	20	3,8			
CE	68,1	25	2,7			
RS	36,9	34	1,1			
SE	34	11	3,1			
MT	33,8	11	3,1			
MA	33,4	21	1,6			
TO	25	11	2,3			
RR	13,6	11	1,2			
SP	11	73	0,2			
MS	10	11	0,9			
AC	0	11	0			
AM	0	11	0			
DF	0	11	0			
RJ	0	49	0			
ES	0	13	0			
RO	0	11	0			
PR	0	33	0			

Fonte: Projeto de Orçamento de 2021

trações de última hora no Orçamento. O Ministério de Desenvolvimento Regional foi o que mais recebeu emendas (livres, sem especificar o estado, ou já direcionadas a uma determinada obra).

O Ministério da Economia, no entanto, não participou das discussões finais. Quando o projeto já havia sido aprovado pelo Congresso, a equipe econômica soltou um alerta a Bolsonaro: o Orçamento é inexecutável.

O governo já tinha diagnosticado a dificuldade em tirar verba de custeio da máquina pública para cumprir com as despesas obrigatórias. Com o corte de R\$ 26,5 bilhões feito por Bittar, o time do ministro Paulo Guedes (Economia) diz que serviços públicos podem ser interrompidos ao longo do ano se o Orçamento de 2021 não for ajustado.

Congressistas têm direito a diversos tipos de emendas. Há as individuais, por exemplo, que são distribuídas a cada parlamentar e precisam ser necessariamente executadas. O mesmo vale para as bancadas de cada estado no Legislativo.

Essas emendas têm critérios e valor já calculado. Portanto, dificilmente fazem parte de negociações políticas — quando o governo libera mais verba em troca de apoio no Congresso.

Para continuar as tratativas com o governo, deputados e senadores ampliaram nos últimos anos o uso das emendas de relator, pois esse grupo não tem requisitos estabelecidos.

O Ministério da Economia, porém, questiona esses mecanismos, pois deixam o Orçamento mais apertado.

Texto estoura teto de gastos de 2021 em R\$ 31,9 bi, projeta IFI

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O Orçamento de 2021, aprovado pelo Congresso na semana passada com uma série de manobras fiscais para elevar emendas parlamentares, tem uma previsão de despesas sujeitas ao teto de gastos que irá extrapolá-lo em R\$ 31,9 bilhões.

A projeção foi divulgada nesta segunda (29) pela IFI (Instituição Fiscal Independente) e está próxima de cálculos feitos pelo Ministério da Economia e por outros economistas. A título de comparação, esse valor equivale a quase todo o gasto do Bolsa Família neste ano (R\$ 35 bilhões) e quase um quarto do dinheiro que o governo pode gastar livremente com investimentos e manutenção da máquina pública.

Isso não significa que o teto será rompido. O governo tem como opção reduzir essas despesas não obrigatórias, sob risco de paralisação de alguns serviços públicos ou negociar com o Congresso o corte nas emendas parlamentares, o que depende da aprovação de um projeto de lei pelos próprios congressistas, segundo a IFI.

A IFI lembra que o relatório final da Comissão Mista de Orçamento foi modificado com



alterações nas despesas obrigatórias e discricionárias em relação ao projeto inicial do governo. Várias despesas obrigatórias tiveram sua previsão revista para baixo, o que possibilitou o aumento de discricionárias derivadas de emendas de relator-geral e emendas de comissões permanentes.

Essas mudanças somaram R\$ 26,5 bilhões. Foram reduzidas as previsões de gastos com Previdência (R\$ 13,5 bilhões), abono salarial (R\$ 7,4 bilhões), seguro-desemprego (R\$ 2,6 bilhões) e subsídios ao agronegócio e à agricultura familiar (R\$ 2,5 bilhões), além de R\$ 457 milhões em despesas discricionárias (não obrigatórias) do Executivo.

No gasto previdenciário, R\$ 4 bilhões de economia estão condicionados à aprovação de lei ou edição de MP que altere as regras do auxílio-doença nos próximos 30 dias.

Do lado dos acréscimos, as emendas de comissão cresceram R\$ 198 milhões. As emendas do relator-geral, R\$ 26 bilhões. Segundo a IFI, há ainda R\$ 253,9 milhões em acréscimos de despesas discricionárias do Executivo. Desses acréscimos, cerca de 60% vão para saúde e urbanismo.

A IFI destaca que o valor de despesas projetadas com abono, seguro-desemprego e Previdência está R\$ 34 bilhões abaixo da projeção do governo divulgada neste mês.

O teto de gastos para 2021 é de R\$ 1,486 trilhão. As despesas sujeitas ao teto na nova versão do Orçamento são estimadas em R\$ 1,518 trilhão.

“Para cumprir o teto de gastos e sob as premissas que a IFI considera mais prováveis para as despesas obrigatórias, o Orçamento terá de ser contingenciado no montante acumulado [R\$ 31,9 bilhões] ao longo do ano”, afirma a IFI.

Caso o Executivo tenha que recompor as dotações dos gastos obrigatórios cortados pelo Congresso, dado que há pouco espaço no teto de gastos, isso só poderá ser feito por meio de projeto de lei que solicite e altere ao próprio Congresso.

Seria necessário, portanto, convencer parlamentares a trocar a destinação de suas emendas (verbas para projetos na base eleitoral), por exemplo, saindo de uma obra e passando a bancar um gasto obrigatório, como pagamento de aposentadorias, ou custeio da máquina pública.

Leia mais às págs. A16, A17 e A22

Projeto prevê novo auxílio-doença sem sinal verde da equipe de Guedes

BRASÍLIA O projeto de Orçamento de 2021 prevê uma redução nos gastos com auxílio-doença contando com mudanças nas regras do benefício que não foram combinadas com a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia).

O relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), cortou em cerca de R\$ 4 bilhões a estimativa de despesas com auxílio-doença partindo da premissa de que o governo enviaria uma medida provisória alterando a forma de pagamento do benefício.

O movimento fez parte da estratégia de Bittar para ampliar a verba para emendas parlamentares, usadas por deputados e senadores para destinarem recursos do Orçamento a suas bases eleitorais.

Segundo técnicos da equipe econômica, esse corte no auxílio-doença não teve aval da pasta e há a possibilidade de

a MP nem ser publicada, pois o assunto ainda está em discussão pelo governo.

Bittar criou um mecanismo para que os R\$ 4 bilhões em emendas só sejam liberados após ser aprovada uma lei ou apresentada uma medida provisória que altere as regras de pagamento do auxílio-doença.

O projeto de Orçamento não diz exatamente qual deve ser a mudança no benefício. O que está em estudo é que o pagamento concedido a trabalhadores afastados por motivos de saúde poderá ser feito pelas empresas, em vez do INSS, como ocorre hoje.

O reembolso para a empresa seria por abatimento em imposto federal devido ao governo, como a contribuição patronal para a Previdência.

A ideia de alterar as regras do auxílio foi desenhada em 2019 pela secretaria especial de Previdência e Trabalho,

Na avaliação de membros do Ministério da Economia, agora o momento é outro. Por causa da crise, muitas empresas não têm dinheiro em caixa para bancar o benefício dos trabalhadores em troca de uma compensação que viria apenas posteriormente como abatimento de tributos.

No mecanismo criado por Bittar e aprovado pelo Congresso, se as mudanças no auxílio-doença não forem apresentadas em até 30 dias após o Orçamento ser convertido em lei, os gastos condicionados a essa medida — os R\$ 4 bilhões em emendas — deverão ser cancelados.

Apesar de a equipe de Guedes dizer que não deu aval a esse instrumento, líderes governistas participaram das negociações do Orçamento, que turbinou o volume de emendas parlamentares.

Thiago Resende

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Fila da vacina

A Natura&Co vai dar a largada no apoio empresarial para a compra de vacinas contra a Covid no Brasil. A multinacional de cosméticos brasileira assina nesta terça-feira (30) um acordo com a FNP (Frente Nacional de Prefeitos) para doar R\$ 4 milhões que devem ser usados na compra de imunizantes, quando houver disponíveis para venda, e insumos hospitalares. A Natura não vai comprar doses para vacinar seus funcionários. O objetivo da doação é atender a saúde pública.

AR João Paulo Ferreira, presidente da Natura&Co América Latina, diz que a empresa é contra privilégios de grupos econômicos. "Não conseguiremos avançar como nação se pensarmos só em interesses individuais. Sem a universalização da vacina, condições básicas de atendimento médico e segurança alimentar, ampliaremos o fosso social e as divisões que tornam o país tão desigual e injusto."

MAPA O movimento Unidos Pela Vacina, comandado pela empresária Luiza Trajano, prevê encerrar um mapeamento de gargalos para a vacinação no estado de São Paulo nesta quarta-feira (31). O levantamento recebeu respostas de 545 prefeituras e espera informações de outras cem.

SERINGA O mapeamento será usado para direcionar a captação de doações. Os principais gargalos que vêm aparecendo estão no estoque de seringas e materiais de proteção para os agentes de saúde.

AGULHA Em São Paulo, o movimento é representado por Rodrigo Galindo, presidente da Cogna Educação, e pela advogada Alexandra Segantim, do Grupo Mulheres do Brasil. Os participantes querem apoiar a campanha de imunização com doações que não envolvam transferências em dinheiro nem compra de vacinas.

AMANHÃ Entre empresários que esperavam com ansiedade a queda de Ernesto Araújo das Relações Exteriores nos últimos dias, a principal expectativa é destravar acordos por vacina com China, Índia e EUA. A avaliação é que, sem ele, virão avanços em imagem e sustentabilidade, relação com EUA, China, Europa, Brics e América do Sul. Mas não basta a saída, dizem, tem de mudar o conteúdo.

HORIZONTE A CNI lança nesta terça (30) a nova versão de sua agenda para avançar o comércio exterior do Brasil com 111 ações. Entre as prioridades estão a internalização do acordo Mercosul e União Europeia, ingresso na OCDE, reforma tributária e uma revisão dos impostos sobre lucro pagos por empresas brasileiras que investem no exterior.

com Filipe Oliveira e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência março

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00
Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 1,1% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15 abr.

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.100 5% R\$ 55,00

Assalariado
Até R\$ 1.100 7,5%
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48 9%
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 12%
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57 14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

PORTA O fechamento das lojas de material de construção na nova fase de restrições da pandemia derrubou mais da metade do faturamento da Obramax, atacarejo do grupo Adeo, dono da Leroy Merlin. Michael Reins, presidente da empresa, diz que tem argumentado ao governo que o atendimento na loja física ajuda o cliente a comprar produtos com sistemas complexos que exigem explicação do vendedor.

PISO Sobre os altos preços no varejo de material de construção, Reins afirma que a falta de insumos e o câmbio afetam, mas diz que vê pressão de fabricantes. "Temos observado falta de produto, aumento de preços e uma queda de braço com a indústria, que, às vezes, é dura. Tentamos frear, mas, de vez em quando, ouvimos a orientação: 'Se você não aceita meu preço, eu não vou conseguir mais te atender'".

ESCADA Os fechamentos por causa da Covid atrasaram o plano de expansão da empresa no Brasil, mas Reins diz que a multinacional ainda vê potencial no país, apesar dos desafios administrativos e fiscais e, agora, a questão dos preços.

TORNEIRA O setor surfou no impulso do mercado imobiliário e no auxílio de R\$ 600 do ano passado, mas a próxima rodada não é tida como grande motor para 2021. "O auxílio emergencial vai ajudar um pouco, mas, provavelmente, bem menos do que em 2020. Os valores estão menos relevantes. Tenho dificuldade de imaginar se isso realmente pode contribuir", diz Reins.

TOMADA A Uber lançou nesta segunda (29) a opção de chamar veículos elétricos pelo app no centro de Londres. Os motoristas que adotarem esse tipo de carro terão redução de 15% nas tarifas cobradas pela empresa. Para o passageiro, o custo da viagem é similar ao cobrado em modalidades equivalentes do serviço.

FIU Em 2020, a Uber firmou acordo com a Nissan para dar desconto na compra ou no aluguel de 2.000 carros elétricos. Tem também um fundo para apoiar a troca de veículos criado a partir de uma taxa cobrada por milha rodada.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$ Até	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

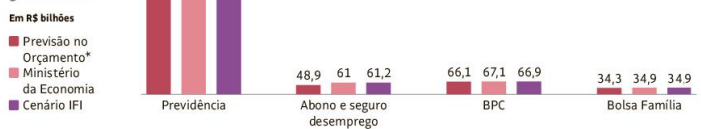
R\$ 1.252,48	Valor, em R\$
Empregado	96,22
Empregador	250,46

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 9% do FICP, 3,2% de multa rescisória do FICP e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.

Congresso cancela despesas no Orçamento de 2021 e abre espaço para emendas

Em R\$ bilhões	Cancelamentos	Acréscimos
Total	-26,5	26,5
Previdência	-13,5	
Abono salarial	-7,4	
Seguro-desemprego	-2,6	
Subvenções (agropecuária)	-2,5	
Discrecionárias e Emendas	-0,5	
		Emendas de relator-geral
		26
		Emendas de comissões permanentes
		0,3
		Outras
		0,2

Algumas despesas que estão abaixo das projeções do governo e da IFI



*Autógrafo (documento oficial com o texto da norma aprovada) calculado pela IFI com base em dados da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado. Fonte: IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado Federal

Guedes quer ajuda da ala política para ajustar Orçamento e avalia vetos

TCU deve subir o tom e cobrar do governo explicações; área técnica pode considerar crime de responsabilidade sancionar texto como foi aprovado

Fábio Pupo e Thiago Resende

BRASÍLIA O governo discute como vai resolver o impasse no Orçamento de 2021 enquanto o TCU (Tribunal de Contas da União) se prepara para elevar o tom e cobrar da Casa Civil ou do Ministério da Economia explicações sobre os procedimentos que levaram aos problemas nos números.

O texto foi aprovado pelo Congresso na última semana com menos recursos que o necessário para despesas obrigatórias, como aposentadorias. Isso ocorreu após o Ministério da Economia deixar de considerar a inflação atualizada nas contas e após parlamentares cortarem gastos para dar espaço a emendas.

O desenho final deixou o Orçamento sem recursos suficientes para despesas obrigatórias, que são demandadas por leis ou pela Constituição. Por isso, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ficou diante de um impasse jurídico para a sanção — que, no limite, pode gerar uma acusação de crime de responsabilidade.

O Ministério da Economia quer ajuda da ala política do governo para analisar alterações. A estratégia deve envolver inclusive Bolsonaro e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Isso porque as alterações deverão passar pelo crivo do Congresso, que quis aprovar um Orçamento priorizando emendas parlamentares, especialmente para obras e projetos em suas bases eleitorais.

Membros da equipe econômica disseram à Folha que o caminho mais adequado é Bolsonaro vetar aumentos em despesas incluídos pelos parlamentares. Posteriormente, o presidente enviaria um ou mais projetos de lei para repor a previsão de despesas obrigatórias.

Apesar de a saída ainda estar em discussão no governo, integrantes dizem que a solução é a que mais faz sentido diante da situação. Técnicos farão uma varredura no projeto aprovado para saber o que pode ser vetado. Em alguns casos, o Congresso apenas ampliou recursos para obras e emendas.

Portanto, um veto pode inviabilizar um programa inteiro. Por exemplo, uma iniciativa de desenvolvimento urbano voltado à adequação

viária, em vez de um projeto específico que foi turbinado pelos parlamentares.

Caso opte por vetos nas emendas, o governo deve enfrentar resistência no Congresso. Essa verba recebe a "digital" dos parlamentares e foi negociada inclusive por interlocutores de Bolsonaro para destravar a aprovação do Orçamento de 2021, que ocorreu com quase três meses de atraso.

Essas emendas dão ganhos políticos para deputados e senadores, de olho nas eleições de 2022. Esse capital eleitoral também atrai o governo, pois, com o desenrolar das obras, a avaliação de Bolsonaro tende a ser mais positiva.

O time de Guedes deseja uma solução rápida após o Orçamento de 2021 se arrastar por quase sete meses no Congresso antes da aprovação, gerando idas e vindas no debate sobre teto de gastos e provocando oscilações no humor de investidores.

Outra saída ventilada nos últimos dias, a reformulação de um Orçamento desde o começo, do zero, foi descartada pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), em entrevista à Folha.

Entre os integrantes da equipe, a situação do Orçamento é vista com ineditismo. Isso porque eventuais confusões na formulação das propostas no passado eram ajustáveis devido à folga para o cumprimento das regras fiscais.

Agora, não há como acomodar os números sobretudo devido à regra do teto de gastos (que impede o crescimento real das despesas).

A saída pelos vetos ganha força também porque o TCU acompanha o tema de perto. O tribunal entrou no assunto após uma representação sobre o Orçamento feita por deputados nesta segunda.

De acordo com relatos de integrantes do TCU feitos à Folha, o tribunal deve fazer um levantamento dos problemas que levaram ao imbróglio. Mesmo que não haja uma posição conclusiva, o tribunal deve emitir um posicionamento "suficientemente duro" sobre o tema.

O documento está vinculado a um processo de relatoria do ministro Bruno Dantas que acompanha os efeitos da pandemia no Orçamento.

Antes disso, o caso será objeto de análise preliminar da unidade técnica do tribunal.

Conforme integrantes do TCU, a área pode inferir que seria um crime de responsabilidade de Bolsonaro sancionar o Orçamento conforme o texto saiu do Congresso.

O Ministério da Economia deixou de considerar os números corretos da inflação no Orçamento de 2021. A proposta enviada ao Congresso em setembro considerava 2,09% para o INPC, que baseia o reajuste de despesas como aposentadorias e pensões.

O INPC fechou 2020 em 4,52%, conforme divulgado pelo IBGE em 12 de janeiro, o que elevou o volume de recursos demandados. Só nos benefícios previdenciários, por exemplo, a diferença elevou as despesas em R\$ 8,5 bilhões.

O governo poderia ter enviado uma mensagem modificativa ao Congresso para "corrigir" o percentual antes da votação do Orçamento, como já foi feito em anos anteriores, mas não o fez. Com isso, o Orçamento já nascia com uma necessidade total de R\$ 17,5 bilhões em cortes de despesas para haver cumprimento do teto de gastos.

Correção depende de acordo no Congresso e novo projeto de lei

Eduardo Cuculo

SÃO PAULO A aprovação de um Orçamento para 2021 com despesas subestimadas, como para pagamentos da Previdência Social e do seguro-desemprego, dá ao governo poucas opções, sendo a mais provável uma combinação de vetos como envio de um projeto de lei ao Congresso que reduza emendas parlamentares.

Outra saída seria promover um corte nas despesas com a manutenção da máquina pública praticamente pela metade, pondo o país sob risco de descontinuidade na prestação de alguns serviços, descumprimento dos mínimos constitucionais com saúde e educação e de responsabilização de gestores públicos, incluindo o presidente da República.

O Congresso Nacional aprovou, na semana passada, o projeto de Orçamento de 2021 com cortes em diversas despesas classificadas como obrigatórias para destinar recursos para emendas parlamentares.

Opinião do GLOBO

Bolsonaro precisa vetar gastos além do teto no Orçamento

Contabilidade criativa torna peça aprovada no Congresso não apenas inexecutável, mas também ilegal

Com mais de três meses de atraso, o Congresso aprovou enfim a Lei Orçamentária de 2021 na última quinta-feira. Fora todas as características já conhecidas e invariavelmente preservadas no nosso Orçamento — 94% engessado por despesas obrigatórias e colonizado por um sem número de feudos e interesses paroquiais —, desta vez ele também veio com um ingrediente especial: a contabilidade criativa que o torna não apenas inexecutável, mas também ilegal.

As despesas previstas nas contas aprovadas pelo Congresso para este ano estão pelo menos R\$ 37 bilhões além do que prevê a Lei do Teto de Gastos. Esse estouro está contratado para além do déficit primário já estipulado em R\$ 234 bilhões e dos R\$ 44 bilhões destinados ao novo auxílio emergencial por fora dos limites fiscais impostos pela lei. O TCU deverá alertar o presidente Jair Bolsonaro de que, se sancionar o Orçamento sem vetos, cometerá crimes de responsabilidade da mesma natureza que os julgados no impeachment de Dilma Rousseff.

Dois fatores contribuíram para tornar o Orçamento inexecutável. Primei-

ro, a omissão do Ministério da Economia. Desde o ano passado era sabido que estava defasado o valor do salário mínimo usado no cálculo de todas as despesas da Previdência, benefícios a idosos e deficientes (BPC), seguro-desemprego e abono salarial. Elas foram subestimadas em R\$ 17,5 bilhões, segundo cálculo do próprio ministério divulgado no último dia 22.

O segundo fator foi a manobra do relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), para, atendendo à pressão do Centrão, elevar os recursos disponíveis às notórias “emendas parlamentares”, gastos em obras e projetos indicados por deputados e senadores em suas bases eleitorais, a maioria alocados no Ministério do Desenvolvimento Regional. Na peça aprovada, elas superaram em R\$ 26 bilhões o valor máximo permitido pelo teto de gastos.

Para acomodar as novas despesas, Bittar estipulou cortes fictícios em gastos obrigatórios, como aposentadorias. O único com base na realidade é o adiamento do abono salarial para 2022, representando economia de R\$ 7,4 bilhões. As demais despesas obrigatórias estão todas previstas em lei. Como será impossível deixar de realizá-las, o es-

touro do teto acarretará, assim que o dinheiro acabar, a paralisação de atividades do governo, ou “shutdown”.

De gastos estimados em mais de R\$ 1,5 trilhão, o Orçamento original já previa apenas R\$ 92 bilhões para custear toda a máquina administrativa e para os investimentos federais. Descontando os R\$ 37 bilhões de estouro, restariam, em plena crise da pandemia, R\$ 55 bilhões para custeio e investimentos. Só o custeio consumiu R\$ 67 bilhões no ano passado.

A manobra de Bittar para garantir dinheiro a projetos eleitoreiros demonstra a irresponsabilidade de um Congresso que cuida de interesses paroquiais, mas se omite diante de reformas capazes de reduzir as despesas obrigatórias que engessam o Orçamento. Pior ainda, o relator tentou burlar o teto de gastos, única âncora que ainda confere um mínimo de disciplina fiscal ao Estado. Se Bolsonaro não tem a convicção necessária para preservá-la, a ameaça de impeachment deveria ao menos convencê-lo a vetar gastos além do teto. E que o Congresso se debruce enfim sobre as reformas, para poder apresentar orçamentos executáveis, sem pôr em risco a credibilidade do país.

SAÍDA PARA ORÇAMENTO 'MAQUIADO'

TESTE DE ARTICULAÇÃO

Negociação de Bolsonaro com Pacheco e Lira é aposta de Guedes para resolver crise



Crise. Lira e Pacheco devem avaliar o aumento do valor das emendas parlamentares que tornou o Orçamento inviável. Presidente precisará do apoio deles para aprovar um novo projeto de lei

MANDUEL VENTURA, GERALDA DOCAL E FERNANDA TRIBOTTO
com os @globo.com.br
estilo

Após identificarmos que o Orçamento aprovado pelo Congresso para 2021 é "inessequível", técnicos do governo aguardam uma solução política para reverter manobras fiscais que podem inviabilizar os gastos públicos neste ano. Auxiliares do ministro da Economia, Paulo Guedes, dizem nos bastidores que aguardam que o presidente Jair Bolsonaro converse com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para discutir o assunto. As negociações ocorrerão em meio às turbulências que levaram Bolsonaro a trocar seis ministros em me-

devem ser um teste de articulação política com a cúpula do Congresso-eleito com apoio do Palácio do Planalto.

A situação exigirá empenho na negociação, pois, para aumentar recursos destinados a obras e ações em bases eleitorais, os parlamentares aprovaram um Orçamento que tira dinheiro de despesas que o governo precisa pagar em qualquer cenário, como a Previdência. Para mudar o quadro, será preciso convencê-los a abrir mão de verbas que eles mesmos incluíram no texto.

Para assessores de Guedes, uma mudança unilateral do Executivo poderia azedar ainda mais o humor dos parlamentares. Lira e Pacheco encabeçaram os acordos que avaliaram inflar as emendas par-

lamentares para mais de R\$ 47 bilhões. Para fazer caber essas emendas no Orçamento, o relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB-AC), cortou R\$ 26 bilhões de despesas obrigatórias, entre elas gastos com a Previdência Social.

RISCO DE PEDALADA FISCAL

Não há risco de os benefícios previdenciários não serem pagos. Mas, para pagar as aposentadorias dentro das regras fiscais, o governo precisaria contingenciar (bloquear) mais de R\$ 30 bilhões, reduzindo o total disponível para gerir a máquina pública a menos de R\$ 50 bilhões. O presidente poderia ser acusado de crime de responsabilidade ao não bloquear os recursos.

Emendas são indicações de

obras ou serviços feitas por deputados ou senadores. As emendas são direcionadas geralmente para ministérios com muitas obras, como o Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura. Por isso, eles acabaram ganhando mais recursos que os demais com as mudanças feitas pelo relator.

Os técnicos da equipe econômica querem que o governo envie ao Congresso um projeto de lei aumentando os gastos da Previdência e cortando as emendas parlamentares logo após a sanção do Orçamento. Isso só pode ser feito depois da sanção.

O governo precisará dizer quais despesas serão cortadas num novo projeto. Nesse cenário, alguns parlamentares sairão perdendo. Por isso, au-

xiliares de Guedes querem que o presidente converse com o Congresso antes de qualquer decisão. Nos bastidores, integrantes da equipe econômica dizem que havia um acordo para aumentar as emendas, mas não na dimensão colocada pelo relator. Ao mesmo tempo, deputados e senadores reclamam do que consideram pouca participação do time de Guedes nas conversas nos últimos dias.

Um grupo de 21 deputados protocolou representação junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo que o órgão se manifeste sobre o texto aprovado pelo Congresso. Os parlamentares alegam que o projeto precisa ser corrigido para recompor os gastos obrigatórios e mencionam que, ca-

se o governo não faça o bloqueio de recursos, haveria crime de responsabilidade e "pedaladas fiscais".

Segundo o deputado Vinicius Poit (Novo-SP), a representação foi protocolada junto à Secretaria de Macroavaliação Governamental, que julga as contas do presidente da República. Foi este órgão técnico que baseou a condenação da gestão Dilma Rousseff pelas chamadas pedaladas fiscais. De acordo com Poit, o grupo espera que o TCU se manifeste ainda nesta semana.

— A ideia é que o TCU emita um parecer técnico alertando o governo sobre essa irresponsabilidade — declarou.

TÉCNICOS AMEAÇAM SAIR

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) enviou manifestação ao TCU. Em ofício ao ministro Bruno Dantas, ele questionou se o Orçamento está de acordo com "dispositivos constitucionais, legais e regimentais" do direito financeiro e pediu providências.

Segundo um técnico do órgão, a sanção do Orçamento como foi aprovado não levaria a uma rejeição das contas do governo pelo TCU, que é baseada em um conjunto de irregularidades, mas poderia dificultar o processo. A expectativa é que o tribunal recomende medidas para ajustar o orçamento, por meio de um projeto de lei ao Congresso, como defende a equipe econômica.

De acordo com esse interlocutor, o clima entre técnicos da equipe econômica é de apreensão e temor de responsabilização penal. Chegou ao TCU a informação de que alguns técnicos ameaçam entregar cargos. O parecer da Corte sobre o pedido de representação dos deputados deverá ficar pronto na próxima semana.

O caminho até à votação que resultou no Orçamento inflado é mais um capítulo de uma série de desencontros entre Guedes e a área de articulação política do governo. Até ontem, a área era comandada pelo ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, que foi realocado como chefe da Casa Civil. A deputada Flávia Arruda (PL-DF) assumirá a pasta de Ramos.

PASSO A PASSO DA CRISE

1 Congresso aprova Orçamento com emendas infladas e com cortes

Após meses de atraso, o Congresso aprovou na semana passada o Orçamento de 2021. Na articulação e costura da emenda ligados ao governo, o relator da proposta orçamentária, senador Márcio Bittar (MDB-AC), cortou mais de R\$ 26,4 bilhões em despesas do governo, entre elas a Previdência, para elevar as emendas parlamentares.

2 Deputados vão ao TCU, que deve alertar para risco de crime de responsabilidade

Um grupo de 21 deputados protocolou uma representação junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo que o órgão se manifeste sobre o assunto. A expectativa é que o TCU aprove um parecer para alertar o presidente Jair Bolsonaro sobre crime de responsabilidade fiscal, a depender de como o Orçamento seja executado.

3 Economia espera solução política entre Bolsonaro e chefes de poderes

Ciente do momento delicado pelo qual passa o governo e junto ao Congresso, a equipe econômica espera que o presidente Jair Bolsonaro converse com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para discutir o assunto. Integrantes da pasta de Paulo Guedes temem que cortes desgastem o governo.

4 Parlamentares teriam de abrir mão de verba que eles mesmo indicaram

As conversas ficaram ainda mais difíceis depois das mudanças na Esplanada dos Ministérios, que têm tomado o tempo do governo e do Congresso. Além disso, o governo precisará cortar verbas indicadas por parlamentares para suas bases eleitorais, como obras de ministérios do Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura.

Bloqueio de recursos pode paralisar máquina pública

Técnicos do governo veem risco de que despesas de custeio fiquem em R\$ 49 bi, abaixo do necessário. IFI vê corte de R\$ 31,9 bi

FERNANDA TRISOTTO, MANOEL VENTURA E GERALDA DOCA
economias@globo.com.br

Caso não consiga fechar um acordo para reverter as manobras que inflaram o Orçamento, o governo pode ter que fazer um bloqueio de recursos que, na prática, inviabilizaria a prestação de serviços públicos à população. Segundo estimativas do governo, os cortes poderiam fazer com que o valor disponível para pa-

gar despesas do dia a dia, como compras de materiais nos ministérios, ficasse em R\$ 49 bilhões — bem abaixo do necessário para o custeio da máquina pública.

É comum que o governo tenha que recorrer ao chamado contingenciamento para adequar a previsão orçamentária às regras fiscais, de acordo com mudança nos parâmetros econômicos. Se a expectativa de arrecadação de impostos cai

por causa de uma recessão, por exemplo, é necessário suspender o pagamento de parte das despesas para garantir o cumprimento dos limites.

Da forma como foi aprovada, no entanto, a medida faria com que esse bloqueio fosse muito maior do que o normal. Isso ocorreria porque o Congresso aumentou para R\$ 26,2 bilhões o valor destinado a emendas parlamentares e, para isso, cortou a estimativa

de gastos como a Previdência, que são obrigatórios. O problema é que não há evidências de que essa projeção se confirme. Por isso, o governo teria que cortar em outras áreas, como custeio para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões sem descumprir as regras das contas públicas.

Para se ter uma ideia, a estimativa de gastos com benefícios previdenciários aprovada no Congresso foi

de R\$ 690,6 bilhões. Já o governo espera que a despesa alcance R\$ 712,9 bilhões.

Nas contas da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, o bloqueio a ser feito pelo Executivo precisaria ser de R\$ 31,9 bilhões, caso essas estimativas não sejam corrigidas.

“Ao longo do ano, os relatórios bimestrais, como já aconteceu com o de março, indicarão um cenário provavelmente

distinto do previsto na LOA. Neste caso, as despesas discricionárias terão de ser contingenciadas a fim de se observar as metas fiscais”, diz a nota.

A demora para resolver o impasse do Orçamento também ameaça o avanço de medidas de combate à pandemia. Uma delas é a renovação do programa que permite acordos de redução salarial para manutenção de emprego. Sem a previsão de uma solução na proposta aprovada, fontes ligadas às negociações já falam na possibilidade de reeditar o decreto de calamidade pública, que suspende regras fiscais, para reeditar o programa.

Orçamento aprovado pode reduzir teto de gastos

Relator fez mudança que, na prática, exclui o auxílio-doença das despesas previstas na regra fiscal. Para parte dos técnicos da equipe econômica, se não houver diminuição equivalente no total de gastos da União, medida caracterizaria manobra irregular

MANGEL VENTURA
mangel.ventura@globo.com.br
@MANGELV

Além de maquiar o total das despesas obrigatórias para inflar emendas parlamen-

tares, o Orçamento de 2021 aprovado pelo Congresso na semana passada pode reduzir o tamanho do teto de gastos — regra que impede o crescimento das despesas da

União acima da inflação do ano anterior e que fixa um limite para os gastos.

O relator da proposta orçamentária, senador Márcio Bittar (MDB-AC), fez uma mu-

dança, que, na prática, exclui o auxílio-doença das despesas que compõem o teto de gastos, sem alterar o limite total de gastos considerados na regra fiscal. Parte dos técnicos da equipe econômica considera que isso pode ser classificado como "contabilidade criativa".

Isso acontece porque o relatório de Bittar condicionou R\$ 4 bilhões de despesas a mudanças no pagamento do auxílio-doença. A ideia é transferir o pagamento do benefício para as empresas, em troca de redução da contribuição previdenciária patronal.

Para isso, será preciso aprovar um projeto pela Câmara e pelo Senado em um mês, caso o presidente Jair Bolsonaro sancione esse artigo do Orçamento. Caso o projeto não seja aprovado, esses R\$ 4 bilhões serão cortados do Orçamento e o recurso voltará ao auxílio-doença.

O problema é que uma ala de técnicos do Ministério da Economia considera tirar o auxílio-doença das despesas uma manobra fiscal irregular.



Texto. Relator quer transferir pagamento do auxílio-doença para as empresas

A avaliação majoritária de técnicos é que o teto foi calculado usando a despesa do auxílio-doença na sua base e tirar o gasto do teto por meio de isenção fiscal não é possível.

Na prática, o governo não economizaria com a mudança. Deixaria de pagar o benefício, mas deixaria de receber recursos para a Previdência.

Esses técnicos avaliam que qualquer despesa que deixe de constar da base de cálculo do teto de gastos (a conta foi feita em 2016 e vem sendo atualizada pela inflação desde então) deve gerar o recal-

culo do teto. Ou seja, seria necessário recalcular e reduzir o limite de gastos da União, apertando mais as contas.

Em 2021, o teto foi calculado em R\$ 1,485 trilhão. Uma eventual redução nesse valor iria dificultar a gestão do Orçamento deste ano, já bastante pressionado pelo crescimento dos gastos obrigatórios e das emendas parlamentares.

Não seria a primeira vez que o governo muda a conta do teto. Em 2017, a equipe econômica passou a computar o Fies como despesa primária e subiu o teto por causa disso.

VALOR PRO. A INFORMAÇÃO RÁPIDA PARA A DECISÃO CERTA.

Receba, em primeira mão e tempo real, diretamente da redação do Valor Econômico, cotações, dados analíticos e informações sobre o mercado — e os bastidores da política — que podem alterar ou acelerar suas tomadas de decisão. Valor PRO é credibilidade na velocidade que você precisa.

Bolsonaristas incentivam motim de policiais na Bahia

Sob clima de tensão, associações de policiais da Bahia negam um protesto neste momento

Por **Cristiane Agostine** — De São Paulo

30/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Bia Kicis: presidente da CCJ usou redes sociais para incitar mobilização contra o governador da Bahia; depois apagou post — Foto: Will Shutter/Agencia Câmara

A morte de um policial militar na Bahia tem sido usada politicamente por parlamentares e lideranças bolsonaristas para incentivar um motim de policiais e

bombeiros contra o governador do Estado, Rui Costa (PT), e para reforçar os ataques às medidas restritivas de combate à pandemia.

Em um aparente surto psicótico, o soldado Wesley Soares Góes foi morto no domingo, em Salvador, por agentes da Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), depois de atirar com um fuzil contra policiais. O PM se deslocou de Itacaré, no sul da Bahia, onde trabalhava, para protestar na capital baiana. No Farol da Barra, ponto turístico da cidade, atirou para cima e, entre palavras de ordem, disse que não permitiria “que violem a dignidade e a honra do trabalhador”, em crítica a medidas restritivas como o toque de recolher e o fechamento de comércios e serviços não essenciais. Depois de 3h30 de negociação, foi atingido ao disparar contra os colegas. O soldado foi levado para o hospital, mas não resistiu aos ferimentos.

Nas mensagens difundidas por lideranças bolsonaristas, Góes é descrito como um “herói” que morreu por lutar contra a quarentena, em ação violenta do governador contra um PM - sem a menção de ter atirado com um fuzil contra os colegas. No domingo, o deputado estadual Soldado Priante (PSC), organizou um protesto de policiais em frente ao hospital para onde estava o soldado. Entre as palavras de ordem, estavam “ôoo, a polícia parou”.

A mobilização contra Rui Costa ganhou força e uma articulação nacional nas redes de parlamentares como a deputada Carla Zambelli (PSL-SP) e a presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Bia Kicis (PSL-DF). “Morreu porque se recusou a prender trabalhadores. Disse não às ordens ilegais do governador Rui Costa, da Bahia. Esse soldado é um herói. Agora a PM da Bahia parou. Chega de cumprir ordem ilegal!”, escreveu Bia no Twitter. Sob críticas, a deputada apagou a nota.

Filho do presidente, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) reforçou o apoio a protestos: “Aos vocacionados em combater o crime, prender trabalhador é a maior punição. Esse sistema ditatorial vai mudar. Protestos pipocam pelo mundo e a imprensa já não consegue abafar. Estão brincando de democracia achando que o povo é otário”, publicou no Twitter. Presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson disse que o soldado foi “assassinado” por não cumprir ordens do governador.

Em meio a pressão de bolsonaristas, Rui Costa recebeu o apoio de outros 15 governadores. Em carta em defesa da “verdade e da paz”, escreveram que “agentes políticos tentam manipular policiais contra a ordem democrática, entre outros atos absurdos”. “Registramos especialmente nosso protesto quando são autoridades federais, inclusive do Congresso, que violam os princípios da lealdade federativa”, afirmaram. “Os Estados e todos os agentes públicos precisam a paz para prosseguir com o seu trabalho, salvando vidas e empregos. Estimular motins policiais, divulgar ‘fake news’, agredir governadores e adversários políticos são procedimentos repugnantes, que não podem prosperar em um país livre e democrático.

Entre os policiais na Bahia, o clima é de tensão. Articulador de motins no Estado, o deputado Soldado Prisco negou a realização de um motim agora. Com o caos na saúde e o pico de mortes por covid-19, a população ficaria contra os policiais. No entanto, disse que a pressão continuará e amanhã haverá uma carreato contra o governador. Coordenador da Associação de Policiais e Bombeiros da Bahia, Prisco defendeu a troca do comando da PM.

Presidente da Associação de Cabos e Soldados, Roque Santos também descartou um motim e disse que a preocupação da PM da Bahia é “classista” e não política. “Queremos melhores condições de trabalho.”

O presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, alerta para os perigos de bolsonaristas fomentarem o “caos” por meio dos policiais e, com isso, abrir espaço para medidas de exceção. A morte do PM na Bahia poderia ser o “gatilho” para uma onda de insatisfação de policiais em todo o país. “A base bolsonarista investe para que o policial seja um agente de ruptura [da democracia]”, disse. “O movimento bolsonarista entende que os policiais são um ponto nevrálgico do projeto de poder deles.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

Mantenha seus pneus calibrados e reduza acidentes

Área técnica descobre nova despesa de R\$ 4,8 bilhões

Com isso, despesas obrigatórias fora da proposta orçamentária sobem para R\$ 22,36 bilhões

Por Ribamar Oliveira — De Brasília

30/03/2021 05h00 · Atualizado há uma hora

A área técnica descobriu uma nova despesa que não foi considerada no Orçamento fictício aprovado na semana passada pelo Congresso Nacional. Em meados deste mês, os deputados e senadores derrubaram o veto do presidente Jair Bolsonaro a um dispositivo da Lei Complementar 177, que proíbe o governo de destinar os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para a reserva de contingência.

Com a derrubada do veto, os recursos do FNDCT terão que ser integralmente disponibilizados para execução orçamentária e financeira. Ao aconselhar o presidente a vetar esse dispositivo, o Ministério da Economia argumentou que ele iria resultar em aumento não previsto de despesa para este ano, “resultando em um impacto significativo nas contas públicas de cerca de R\$ 4,8 bilhões”. Para a área econômica, essa nova despesa, que não estava prevista na proposta orçamentária de 2021, levaria ao rompimento do teto de gastos.

A Lei Complementar 177 livra as dotações do FNDCT de eventuais contingenciamentos feitos pelo governo para obter a meta fiscal. A lei diz que o FNDCT só poderá sofrer limitação financeira quando houver frustração na arrecadação das receitas do próprio fundo.

A lei, de autoria do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), pretende evitar o que vem acontecendo nos últimos anos, quando o governo utiliza apenas uma pequena parte dos recursos do FNDCT para apoiar programas, projetos e atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I). A maior parte dos recursos ficava em uma reserva e era usada para melhorar o resultado primário das contas públicas.

O relatório de avaliação de receitas e despesas relativo ao primeiro bimestre deste ano, divulgado pelo governo no início da semana passada, também não considerou os R\$ 4,8 bilhões do FNDCT no montante dos gastos da União. Como o relatório informou que as despesas obrigatórias da proposta orçamentária aprovada pelo Congresso estavam subestimadas em R\$ 17,56 bilhões, com o acréscimo dos R\$ 4,8 bilhões do FNDCT, o montante sobe para R\$ 22,36 bilhões.

Aos R\$ 22,36 bilhões é necessário somar os R\$ 26,5 bilhões que o relator-geral do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), cortou das despesas obrigatórias para abrir espaço para as suas emendas. O relator terminou com um total de R\$ 29 bilhões em emendas. Assim, as despesas obrigatórias da União neste ano estariam subestimadas em R\$ 48,86 bilhões (R\$ 22,36 mais R\$ 26,5 bilhões).

Para recompor as despesas obrigatórias, o governo teria que cancelar outras dotações no montante de R\$ 48,86 bilhões, explicaram as fontes. O governo estuda o envio ao Congresso de um projeto de lei de crédito suplementar para fazer essa recomposição, logo depois que a lei orçamentária for sancionada pelo presidente Bolsonaro.

Os técnicos consultados pelo **Valor** não acreditam que o presidente possa sofrer ação por crime de responsabilidade se não vetar as emendas feitas pelo relator, como advogam algumas fontes do Tribunal de Contas da União. “O Congresso pode abrir ação por crime de responsabilidade contra o presidente por ele ter sancionado uma lei aprovada pelo Congresso”, questionam, apontando o absurdo da situação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

Banco Mundial prevê crescimento de 3% para o país neste ano

Relatório semestral do órgão alerta para as consequências da pandemia na América Latina

Por **Lucianne Carneiro** — Do Rio

30/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A expansão da economia brasileira deve ser de 3% em 2021, segundo projeção do Banco Mundial apresentada ontem em seu Relatório Semestral para a América Latina e o Caribe, com o tema Renovando com Crescimento (“Renewing with Growth”). O desempenho esperado para o Brasil é inferior ao de outros países da região, como México (4,5%), Chile (5,5%), Colômbia (5%) e Argentina (6,4%), embora essas nações tenham registrado perdas superiores à do Brasil em 2020 (contração do PIB de 4,1%).

Na apresentação do relatório, o economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, Martín Rama, afirmou que a segunda onda da pandemia no Brasil “é motivo de grande preocupação”. O cenário prevê aumento da pobreza em 2021, inflação acima do centro da meta e relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) em 89,7%.

Rama ressaltou o papel positivo das políticas de transferência de renda na contenção do aumento da pobreza em 2020, mas lembrou que a iniciativa traz preocupação com o endividamento, que se repete em outros países da região e que precisará ser acompanhado. Por enquanto, diz ele, as taxas de juros seguem baixas, o que facilita o refinanciamento da dívida, mas há incerteza sobre o futuro.

O Banco Mundial destacou o impacto prolongado da pandemia sobre as economias da região e os “custos socioeconômicos imensos”, com diminuição do aprendizado e menos empregos. A perda de capital humano foi “enorme”, apontou Martín Rama, e a piora do emprego foi especialmente intensa entre as mulheres.

“Há muitas razões para sermos pessimistas, 2021 ainda é um ano de covid-19, mas também há razões para otimismo: há setores que se contraem, mas outros avançam. Alguns setores e empresas ganharão e outros perderão”, afirmou.

Entre os ganhadores, desponta na liderança o setor de tecnologia da informação, mas se destaca também o setor de energia. “A América Latina tem a matriz energética mais limpa do mundo e enorme potencial para energia solar, eólica e hidroelétrica. Mas ainda temos a energia mais cara, por questões como impostos e ineficiência. Podemos progredir por dois caminhos: a geração própria e o comércio de energia entre os países, que avançou muito na Europa nos últimos anos”, apontou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Mantenha seus pneus calibrados e reduza acidentes

SOMENTE NOVIDADES.

LINK PATROCINADO

120 MEGA com Wi-fi Plus

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

É hora de vender on-line

KIT FORÇA EXTRA STONE

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Contra falta de PP, governo reduz imposto de importação

Abiplast defende cota de importação de 300 mil toneladas com redução da alíquota para 4%, assim como ocorreu com o PVC

Por **Stella Fontes** — De São Paulo

30/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Depois de autorizar a importação de 160 mil toneladas de PVC com alíquota reduzida para mitigar a escassez da resina no mercado brasileiro, o governo adotará medida semelhante para evitar o desabastecimento de outro termoplástico, o polipropileno (PP). A decisão foi informada ontem à indústria de transformação, que usa a resina para produzir embalagens de alimentos, equipamentos médico-hospitalares e peças automotivas, entre outras aplicações.

O volume da cota e o prazo de vigência ainda não foram estabelecidos, mas o **Valor** apurou que as propostas apresentadas indústria vão de três a 12 meses e de 60 mil a 400 mil toneladas. Conforme o **Valor** informou ontem, há risco elevado de falta de PP no mercado doméstico e o assunto foi tratado em reunião por representantes das indústrias do plástico (Abiplast) e química (Abiquim), de setores consumidores, da Braskem - única produtora no país - e da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec), do Ministério da Economia.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), que tem liderado as conversas relativas ao desbalanceamento entre oferta e demanda de resinas, o governo agiu prontamente para resolver o problema de desabastecimento de PVC e PP. “Tendo em vista o tamanho de mercado de PP no Brasil, seria necessária uma cota de cerca de 300 mil toneladas, que poderiam ser

importados com alíquotas de 4%”, diz o presidente da entidade, José Ricardo Roriz Coelho.

Assim como o PVC, o PP tem alíquota de importação regular de 14%. Para a primeira resina, o governo reduziu para 4% o imposto de importação, para uma cota de 160 mil toneladas por três meses. O mercado de PP, porém, é maior que o de PVC e já supera a marca de 1,5 milhão de toneladas por ano.

Em comunicação à Abiplast e demais entidades, a secretaria de Carlos da Costa disse ontem que analisou, ao longo do fim de semana, as informações levadas pelos participantes de mercado e “chegou à conclusão que uma redução temporária do imposto de importação se mostra meritória”.

Havia dois pedidos junto à Câmara de Comércio Exterior (Camex) de redução do imposto e a própria Braskem concordou com o estabelecimento de cota de importação, válida para o segundo trimestre, diante da situação do mercado, que ficará mais apertado com a parada programada para manutenção da central petroquímica do ABC paulista.

“Uma importante matéria-prima que tem apresentado impactos em nível nacional é a resina de polipropileno (PP),” apontou a Sepec. Restrições na oferta de propeno, matéria-prima para a obtenção da resina, redução da oferta da própria resina no mercado internacional após a onda de frio no sul dos Estados Unidos e paradas programadas para manutenção colocam em risco o abastecimento de PP nos próximos meses, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado internacional.

Conforme a secretaria, na conversa da semana passada, foram levantados alguns pontos relacionados à urgência da medida, entre os quais o fato de a própria Braskem ter proposto a adoção de uma cota de importação, embora as tratativas ainda estivessem na fase de diagnóstico. Assim, a medida se faz necessária neste momento.

“Como é de amplo conhecimento, a resina de polipropileno constitui insumo extremamente relevante para equipamentos médico-hospitalares. Eventual postergação da iniciativa pode ter efeitos indesejáveis sobre a oferta de insumos em

um momento crítico de combate à pandemia, no qual a regularidade do abastecimento para a produção de equipamentos médicos é elemento fundamental”, informou. A Sepec destacou que prazo e volume da cota ainda serão definidos pela Camex e indicou que uma segunda reunião acerca desse tema não seria necessária.

Por meio da Mesa da Cadeia do Plástico, organizada pela secretaria e que teve sua primeira reunião na semana passada, serão debatidas medidas que possibilitem reduzir os custos e gerar maior competitividade aos produtores de resinas plásticas, ao setor transformador e ao setor produtivo cliente dos plásticos, segundo a Abiquim.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Como ficar à frente de sua concorrência em 2021

IT EXPERIENCE HUB

LINK PATROCINADO

120 MEGA com Wi-fi Plus

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

É hora de vender on-line

KIT FORÇA EXTRA STONE

LINK PATROCINADO

Motoristas: Calibre os pneus sem sair de casa com essa invenção

SOMENTE NOVIDADES.

por taboola

Conteúdo Publicitário

Contra Orçamento travado, Bolsonaro leva Centrão para o Palácio e reforça PF

Reforma ministerial não apaga a luz amarela

Por **Maria Cristina Fernandes** — De São Paulo

30/03/2021 05h00 · Atualizado há 13 minutos

Ao deixar intacto o ministro Paulo Guedes, **a reforma ministerial promovida pelo presidente Jair Bolsonaro** não apaga a luz amarela acendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira. Foi o impasse sobre as emendas ao Orçamento que a acendeu. A ida da deputada Flávia Arruda (PL-DF), presidente da Comissão de Orçamento que infringiu as normas fiscais vigentes, para a Secretaria de Governo, instância responsável pela negociação das emendas parlamentares, não resolve o imbróglio gerado pela votação de um Orçamento que ameaça deflagrar uma guerra entre a Câmara e o Senado e entre as duas Casas e o Executivo. No pano de fundo desta guerra está a resistência do Congresso em abrir mão de suas emendas, mesmo sob uma pandemia calamitosa, e o protagonismo do ministro Paulo Guedes na maquiagem do teto de gastos.

- **Diminui tolerância de Bolsonaro com 'insubordinação'**

Sob cerco crescente deste impasse, o presidente contra-atacou com o reforço do Estado policial ao indicar o delegado da Polícia Federal, Anderson Torres para o Ministério da Justiça. Torres aproximou-se da família Bolsonaro durante a campanha presidencial. Os dois ministros que o presidente da República foi forçado a tirar do cargo, Eduardo Pazuello, da Saúde, e Ernesto Araújo, do Itamaraty, caíram atirando contra supostos interesses escusos do Congresso.

Mulher do ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, primeiro governador preso no exercício do mandato, e indicada para o cargo pelo presidente do seu partido, Valdemar Costa Neto, que cumpriu pena no escândalo do mensalão por corrupção e lavagem de dinheiro, Flávia leva para dentro do Palácio do Planalto um dos partidos do Centrão que mais se ouriçou com a volta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao jogo eleitoral. A nova ministra vai reforçar, lá de dentro, o bombardeio sobre o ministro Paulo Guedes, mas não tem como se opor às regras fiscais.

A pressão sobre Guedes chega num momento em que o ministro da Economia é percebido, no Congresso, como mais subserviente que o ex-ministro Guido Mantega aos caprichos do presidente, que manteve incólumes reajustes e investimentos dos militares, e do próprio Congresso, que levou o total das emendas parlamentares ao limiar dos R\$ 50 bilhões.

O Congresso acusa Guedes de ter rompido o acordo feito para abrigar as emendas e o Ministro da Economia acusa o Congresso de ter extrapolado o combinado. Os parlamentares resistem à saída, considerada a de mais fácil operacionalidade, que é a de transformar emendas parlamentares em recursos para o custeio dos ministérios. A solução os privaria de faturar os créditos pelas obras e compras que hoje viabilizam com as emendas. Por outro lado, os presidentes da Câmara e do Senado temem perder o selo de interlocutores confiáveis do mercado depois do aval dado ao Orçamento.

O TCU já recebeu duas representações contra o Orçamento, de um grupo de 20 deputados, encabeçado por Rodrigo Maia (DEM-RJ) e aquela protocolada pelo senador Alexandre Vieira (Rede-SE). Na representação da Câmara, os parlamentares apontam que foram cortados R\$ 43 bilhões em despesas obrigatórias de Previdência, seguro-desemprego, abono salarial e Pronaf nas manobras feitas para abrigar as emendas parlamentares e os gastos nos quais o Executivo resistiu a ceder. Na do senador, o ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, é instado a se pronunciar sobre a infração às normas fiscais vigentes.

Lira pediu tempo ao TCU, mas a margem de manobra é escassa. O regimento prevê a mudança do Orçamento desde que os parlamentares tenham identificado erros no texto. Caberia, então ao presidente do Congresso, o senador Rodrigo Pacheco

(DEM-MG), requisitar o Orçamento votado e submetê-lo novamente às duas Casas. O problema é que Lira quer começar as mudanças retirando os R\$ 6 bilhões acrescidos pelo Senado nas últimas horas que antecederam a votação, e não os R\$ 8 também acrescidos pela Câmara no apagar das luzes. Como o Congresso tem a prerrogativa de convocar nova votação é presidido por Pacheco, o impasse está dado.

Por isso, buscou-se, ao longo de todo o fim de semana, uma saída para mudar o texto aprovado sem submetê-lo a nova votação. A saída, porém, não encontra abrigo no regimento. Seria uma pedalada da Mesa Diretora no regimento - e na Constituição - a exemplo daquela que o presidente da República cometeria se vier a ser avalista deste rombo no Orçamento.

Por isso, as expectativas no Congresso ontem eram de que, se não houver um acordo entre Câmara e Senado por uma nova votação, o presidente da República vetará o texto. A dúvida é saber que motivação os parlamentares terão para manter o apoio ao governo se tiverem que abrir mão das gordas rubricas de suas emendas, mais cruciais do que quaisquer ministérios que pudessem almejar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

120 MEGA com Wi-fi Plus

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

É hora de vender on-line

KIT FORÇA EXTRA STONE

LINK PATROCINADO

Mantenha seus pneus calibrados e reduza acidentes

Dívida da Máquina de Vendas sobe para R\$ 5 bi

Quando entrou com pedido de recuperação judicial em agosto do ano passado, dívida informada pelo grupo foi de R\$ 3,9 bi

Por **Ana Paula Ragazzi** — De São Paulo

30/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A dívida que precisará ser reestruturada no âmbito da recuperação judicial da Máquina de Vendas, controladora da varejista Ricardo Eletro, aumentou de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 5 bilhões. A elevação aconteceu após manifestação da Laspro Consultores, nomeada administradora judicial do processo, encaminhada ao juiz da recuperação na sexta-feira.

Pedida em agosto do ano passado, a recuperação judicial do grupo é a maior da história do varejo brasileiro. Agora, a Laspro apresentou uma nova lista de credores, com valores atualizados, a partir do documento inicialmente apresentado pela companhia.

O administrador informou ao juiz que, ao apresentar a sua lista, a Máquina de Vendas levou em consideração valores que credores têm a receber com um deságio que havia sido renegociado no âmbito de uma recuperação extrajudicial iniciada em 2019. No entanto, observou a Laspro, o próprio plano de recuperação extrajudicial da companhia previa que, no caso da necessidade de judicialização do processo, as condições dos credores voltariam ao status anterior, sem o deságio.

No entendimento do administrador, manter o deságio significaria permitir “a sobreposição de condições especiais de pagamento sobre condições especiais de pagamento”. Ou seja, “as recuperandas se valeriam de duplo desconto das dívidas, fato este que não pode ser admitido”, afirmou.

A Laspro, então, refez as contas e, nos casos em que houve pagamento parcial, abateu do saldo já atualizado.

Giovanna Michelleto, diretora jurídica da Máquina de Vendas, afirma que a empresa protocolou a lista dos valores com o deságio por entender que a cláusula da recuperação extrajudicial seria nula, em função da pandemia. “No nosso entendimento, nós não estávamos protocolando um pedido de recuperação judicial por conta do insucesso no processo extrajudicial. Mas, sim, por conta da crise da covid, um evento extraordinário, de crise sanitária, que levou ao fechamento das lojas”, afirma a advogada. No momento do pedido, cerca de 90% da receita da varejista eram provenientes de seus 320 pontos de venda físicos.

Giovanna ressalta, no entanto, que o grupo respeita o posicionamento do administrador judicial e afirma que a companhia não descartava a possibilidade de isso acontecer.

“Na prática, os credores terão seus créditos majorados. Mas essa alteração não interfere no quórum de aprovação do plano de recuperação que estamos negociando, nem na estratégia principal da companhia, que é focar o pagamento de pagamento de credores trabalhistas”, afirma a executiva.

A partir da publicação da lista de credores elaborada pelo administrador, será possível convocar uma assembleia para tratar do plano de recuperação.

O plano da empresa prevê a possibilidade de negociação de dois centros de distribuição próprios que podem ser alvo de proposta de eventuais interessados em leilão.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Como ficar à frente de sua concorrência em 2021

IT EXPERIENCE HUB

Economia acompanhou todo processo, diz Bittar

Para relator, Congresso tem legitimidade para decidir

Por **Fabio Graner e Ribamar Oliveira** — De Brasília

30/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Bittar: “Ouvi todo mundo. A Economia me acompanhou o tempo todo. Mas o Congresso também tem legitimidade” —
Foto: Pedro França/Agência Senado

Relator do Orçamento aprovado no Congresso, o senador Márcio Bittar (MDB-AC) disse ontem ao **Valor** que todo o processo de elaboração do seu relatório aprovado pelo Congresso foi acompanhado pela equipe econômica. “Ouvi todo mundo. A Economia me acompanhou o tempo todo. Mas o Congresso também tem legitimidade”, disse por meio de mensagem. “O governo tem como relator um aliado, tudo o que pediram procurei atender”, acrescentou.

Bittar não respondeu como solucionar o problema do rombo, estimado hoje pela Instituição Fiscal Independente (IFI) em R\$ 31,9 bilhões e que forçaria a área econômica a cortar despesas discricionárias em um nível que inviabilizaria, muito brevemente, o funcionamento da máquina pública, pois colocaria as despesas discricionárias (aquelas que o governo pode alocar livremente) abaixo do que se convencionou apontar como limite mínimo: R\$ 80 bilhões.

O senador disse não acreditar que o Estado vai parar. “Posso perguntar o mesmo sobre o rombo de R\$ 700 bi do ano passado? Não há como o Estado parar”, escreveu, sem mencionar, contudo, que no ano passado as regras fiscais estavam suspensas pelo decreto de calamidade pública, o que não está ocorrendo agora. “A solução seria parar obras como a transposição? Nem tanto ao céu nem tanto ao mar”, completou.

Na área econômica, há um clima de grande preocupação com o assunto e críticas veladas à atitude de Bittar, que, segundo algumas fontes, teria descumprido um acordo ao aumentar o volume de emendas parlamentares muito acima do que estaria combinado com o governo.

Fontes apontam que inevitavelmente a solução passará pelo Congresso e, por isso, há um grande esforço de articulação, envolvendo inclusive o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para encontrar alguma saída para o impasse, que pode atrasar medidas de combate aos efeitos econômicos da pandemia, como a antecipação de décimo-terceiro salário para aposentados.

A Economia tinha aceitado um aumento da ordem de R\$ 16 bilhões no volume de emendas parlamentares, segundo apurou o **Valor**. Mas o acerto não foi feito pela pasta e sim pela Secretaria de Governo, responsável pela articulação política, em um acordo que teve a participação de lideranças como o presidente da Câmara.

O governo, porém, acabou perdendo o controle do processo, diante das intensas movimentações de parlamentares e outros políticos, e o volume de emendas parlamentares cresceu mais do que duas vezes o acordado (ficaram R\$ 35 bilhões acima do originalmente apresentado pelo governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual, em agosto), gerando uma situação considerada “inexequível” para a gestão orçamentária.

Entre as alternativas para solucionar o drama fiscal que estão sendo discutidas pela área técnica do governo estão o envio de um projeto (PLN) propondo alterações no Orçamento, para suplementar verbas cortadas nas projeções de gastos obrigatórios ou o veto a algumas despesas e emendas aprovadas (com posterior pedido de crédito suplementar para bancar as despesas obrigatórias cortadas).

Está sendo discutida também por técnicos e parlamentares a alternativa de o relator pedir o cancelamento de emendas. Além de precisar da concordância de Bittar, isso exigiria o critério de “impedimento técnico” e só poderia ocorrer após a sanção do Orçamento. Mas a escolha de qualquer uma delas depende de definição política que envolve, principalmente, o presidente Jair Bolsonaro, em um momento no qual sua popularidade está em baixa e ele está fortemente pressionado pelo Centrão.

Está circulando a notícia de que Bittar está sendo pressionado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para fazer esse cancelamento, mas a assessoria do chefe dos deputados nega. Também há uma esperança na pressão política do TCU, que pode declarar que a sanção do orçamento nos moldes atuais é uma

“irregularidade” por parte do presidente, o que teria pouco efeito prático, embora seja mais um elemento de pressão política.

Independentemente de qual for a solução, uma graduada fonte da área econômica garante que o imbróglio não impedirá o processo de consolidação fiscal com o qual o ministério está comprometido. Segundo este interlocutor, é isso que ancora as expectativas, o risco-país e os juros e que mantém uma trajetória inflacionária estável.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

120 MEGA com Wi-fi Plus

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

É hora de vender on-line

KIT FORÇA EXTRA STONE

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Comércio mundial cresce em janeiro no ritmo mais rápido desde maio de 2017

Empresários se dividem por ajuda a Estados

Grupo levanta dados para mapear os principais entraves de infraestrutura e ajudar viabilizar a vacinação em massa

Por **Mônica Scaramuzzo** — De São Paulo

30/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Empresários envolvidos no movimento Unidos pela Vacina vão assumir a liderança nos Estados para acelerar o processo de imunização da população contra a covid-19. O grupo, criado pela iniciativa privada para ajudar gestores públicos na crise sanitária, já levantou os dados de cerca de 90% dos municípios do país - com a assessoria do Instituto Locomotiva - para mapear os principais entraves de infraestrutura e ajudar viabilizar a vacinação em massa.

Idealizado pela empresária Luiza Trajano, presidente do conselho de administração do Magazine Luiza e do grupo Mulheres do Brasil, o movimento conta com apoio de pesos pesados da indústria e varejo, reunindo nomes como Walter Schalka (Suzano), Pablo De Si (Volkswagen), Paulo Kakinoff (Gol) e Pedro Wongtschowski (Ultra).

“Não estamos medindo esforços para que possamos concretizar nosso objetivo de tornar viável a vacinação até setembro”, afirmou Luiza Trajano, em nota. O nome da empresária tem sido apontado como potencial candidata à presidência da República - ela já negou publicamente no mês passado pretensões políticas.

Com atuação em diversas frentes, o movimento agora se dividiu por Estados para entender como pode ajudar regionalmente. Cada frente é liderada por integrantes do grupo Mulheres do Brasil e um nome da iniciativa privada.

No Paraná, por exemplo, o comando está nas mãos do empresário Artur Grynbaum, do grupo Boticário. O presidente da gigante de educação Cogna (ex- Kroton), Rodrigo Galindo, está à frente do Estado de São Paulo, e Rafael Menin (da construtora MRV), em Minas Gerais.

Três cidades foram escolhidas como projeto-piloto - Maranguape (CE), Nova Lima (MG) e Rio de Janeiro. Nelas, as ações já estão em andamento. “A ideia é testar soluções que possam ser replicadas para outros estados e municípios. As empresas vão adotar cidades e ajudar na infraestrutura”, disse ao **Valor** Eduardo Sirotsky Melzer, sócio da gestora EB Capital e um dos coordenadores nacionais do projeto. A família Sirotsky, do grupo de comunicação RBS, é responsável pela iniciativa no Estado do Rio Grande do Sul.

O Instituto Locomotiva é o responsável por levantar os dados, por meio de um aplicativo, de todos os 5.570 municípios do país. “Com essa tabulação, vamos identificar as melhores estratégias para cada região”, disse Melzer. Cerca de 90% das cidades já retornaram à pesquisa.

A partir das informações já levantadas pelo movimento, o grupo já ajudou na locomoção para enfermeiros aplicarem a vacina em domicílio, na compra de refrigeradores e instalação de wi-fi.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o grupo assessorou o prefeito Eduardo Paes (DEM) a criar oito pontos de drive-thru para vacinação. Em Minas Gerais, das mais de 800 cidades, 320 delas já contam com patrocinadores fixos. Nova Lima é uma delas e já está em fase final de montagem infraestrutura completa para a realização de três sistemas de drive-thru. Também já foram adotadas 139 cidades no Tocantins e 26 em Pernambuco.

Em Maranguape (CE), a iniciativa privada fechou um acordo com o Uber para facilitar a locomoção da população mais vulnerável aos postos de vacinação.

“Tem cidade que não tem internet”, afirmou Paulo Kakinoff, presidente da Gol. Kakinoff é um dos coordenadores da frente responsável pela área de logística do grupo. Todas as vacinas ofertadas para o país para aplicação fora dos Estados de

São Paulo e Rio de Janeiro estão sendo transportadas pelas quatro principais companhias aéreas brasileiras (Azul, Gol, Latam e VoePass) gratuitamente.

Os empresários reconhecem a dificuldade para concluir a vacinação até setembro, mas afirmam que o processo de imunização deve acelerar com o mapeamento que estão organizando.

Esse grupo também tem ajudado o governo federal a discutir a compra de vacinas para doação ao Sistema Único de Saúde (SUS). A frente do Unidos pela Vacina, contudo, é contra a compra direta da iniciativa privada. Eles entendem que o governo tem recursos para fazer o desembolso para a população.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mantenha seus pneus calibrados e reduza acidentes

SOMENTE NOVIDADES.

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

MONTE O SEU COMBO

CLARO

LINK PATROCINADO

É hora de vender on-line

KIT FORÇA EXTRA STONE

LINK PATROCINADO

Conheça o telescópio monocular que está deixando a NASA preocupada!

PORTAL DIURNA

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

Governo deve sancionar sem veto

Partidos pedem que o TCU se manifeste sobre o risco de “pedaladas fiscais”

Por **Raphael Di Cunto, Renan Truffi, Marcelo Ribeiro e Vandson Lima** — De Brasília

30/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Bruno Dantas: ministro do TCU recebeu ofício assinado por vários partidos pedindo que o tribunal se manifeste sobre o risco de “pedaladas fiscais” — Foto: Ruy Baron/Valor - 29/9/2017

Técnicos do Ministério da Economia, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Congresso defendem que o presidente Jair Bolsonaro precisa vetar as emendas de relator ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 e enviar uma nova proposta com créditos suplementares para recompor os gastos obrigatórios cortados pelo relator, Márcio Bittar (MDB-AC), mas essa não é a posição dos

articuladores políticos do governo. Para eles, Bolsonaro deve sancionar a lei, para evitar turbulências com sua base política, e monitorar os gastos.

Interlocutores do Executivo no Congresso argumentam que Bittar tem prerrogativas para “corrigir” ou “ajustar” as execuções de despesas, caso as estimativas previstas se mostrem incorretas. Afirmam ainda ser altamente improvável que o Legislativo afaste e pune Bolsonaro por crime de responsabilidade por sancionar um projeto aprovado pelo próprio Congresso e justamente para dar verbas orçamentárias para sua base aliada congressional.

Esse ala do governo justifica que, em 2020, a estimativa de gastos com a Previdência foi de R\$ 681 bilhões, mas só R\$ 669 bilhões foram empenhados de fato. Por isso, Bittar teria trabalhado com essa margem de 2% a menos para promover os cortes, além de antecipar efeitos de medidas provisórias (MPs) que já foram e que serão editadas.

“Vamos aguardar a execução das despesas. Se o relator estiver errado ele corrige promovendo cancelamentos em combinação com a equipe econômica”, afirmou um líder governista ao **Valor**. “Isso é uma tempestade em copo d’água. Tudo será ajustado caso se faça necessário um entendimento com o relator”, disse.

Por esta tese, Bittar poderia pedir ele mesmo, por meio de um ofício, a alteração no destino das emendas. Seria, na prática, uma solicitação de remanejamento de valor de emenda, a ser enviado aos ministérios. A partir daí, por meio de decreto, o Executivo atende ao pedido do relator e destinaria os recursos para cobrir eventuais rombos nos gastos com a previdência social ou o seguro-desemprego. Isso evitaria um caminho mais traumático.

Segundo parlamentares da base aliada, o relatório de Bittar foi feito com aval de parte do governo - o ministro Luiz Eduardo Ramos, então responsável pela Secretaria de Governo e deslocado ontem para a Casa Civil -, embora encontre resistência no ministro da Economia, Paulo Guedes.

Seria, nas palavras desses parlamentares, uma briga dentro do governo. Ramos foi o fiador de acordo junto com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para ampliar o dinheiro para obras de

indicação dos congressistas, mas o maior beneficiado acabou sendo o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, desafeto de Guedes que teve seu orçamento aumentado de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 20,8 bilhões.

A percepção de que Bolsonaro não vai vetar é também de parte da oposição. O deputado Afonso Florence (BA), que coordenou o PT na Comissão Mista de Orçamento (CMO), disse que o governo deu aval ao parecer de Bittar para poder executar despesas desrespeitando o teto de gastos (que proíbe o crescimento das despesas acima da inflação). “Eles criaram mecanismos que vão permitir ao governo manter as receitas superestimadas e as despesas subestimadas”, disse.

Um grupo de deputados, porém, tenta pressionar o governo a abandonar essa “contabilidade criativa” por meio do TCU. 21 deputados de vários partidos, como Novo, DEM, PT e PDT, assinaram ofício ao ministro Bruno Dantas para que o tribunal se manifeste sobre o risco de “pedaladas fiscais”. Deputados do Psol também preparavam ação ao TCU.

O documento diz que o Congresso ignorou relatório do Ministério da Economia que apontava gasto adicional de R\$ 17 bilhões em relação à proposta de Orçamento enviada no ano anterior ao Legislativo e que, além disso, o relator do Orçamento cortou as despesas obrigatórias em R\$ 26,5 bilhões e remanejou para ações dos ministérios.

“Isso significa que a previsão de gastos primários obrigatórios do Ministério da Economia possui diferença de R\$ 43 bilhões em relação ao que foi aprovado na LOA 2021, o que exigirá medidas do governo federal para cumprir o teto de gastos e a meta fiscal sem que se recorra as chances ‘pedaladas fiscais’, o que ensejaria crime de responsabilidade por parte do presidente da República”, diz a carta.

A petição foi assinada por 21 deputados e enviada diretamente a Dantas no âmbito do processo que avalia o impacto orçamentário da pandemia, após ele sinalizar que cobrará o governo. Para fazerem isso, eles alegam que o projeto “não reconhece como prioritárias as ações de promoção da saúde pública, tampouco de medidas relacionadas ao enfrentamento e contenção da pandemia do coronavírus [sic]”.



Por Pedro Cafardo

É editor-executivo do Valor e integra a equipe que fundou o ... ver mais

O poderoso vírus da desindustrialização

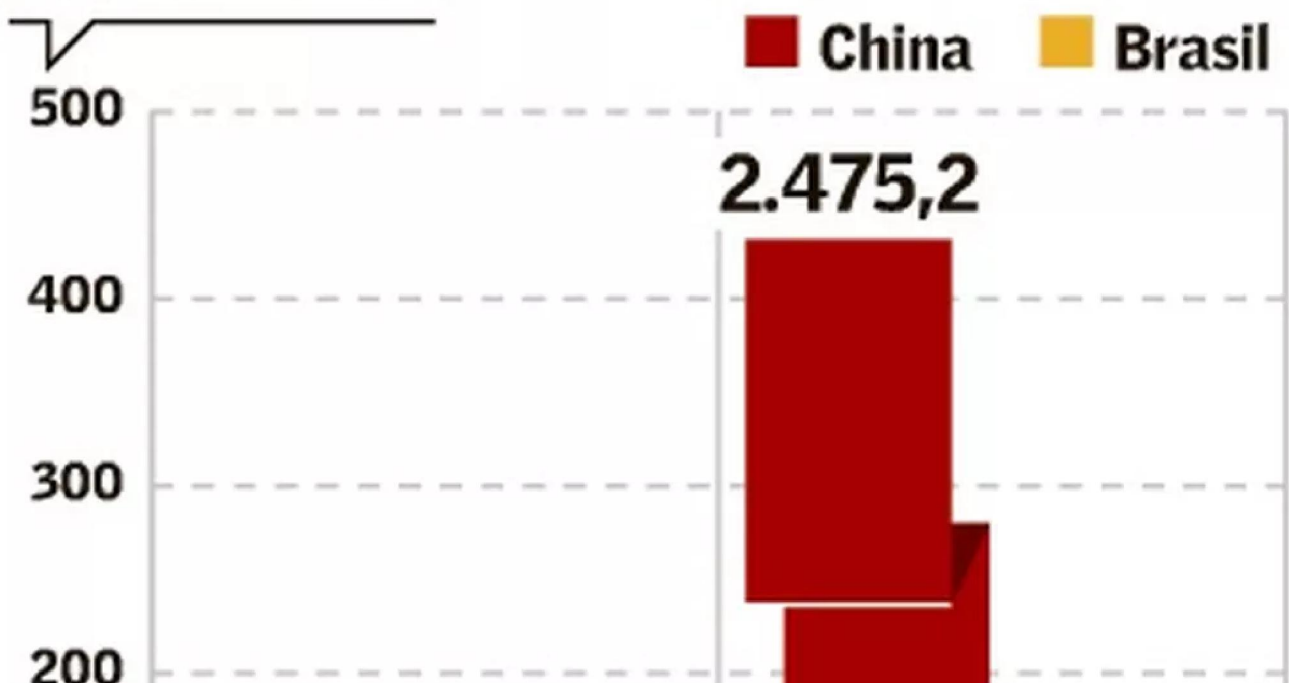
Há pelo menos três décadas a indústria brasileira agoniza sem respiradores nem UTIs

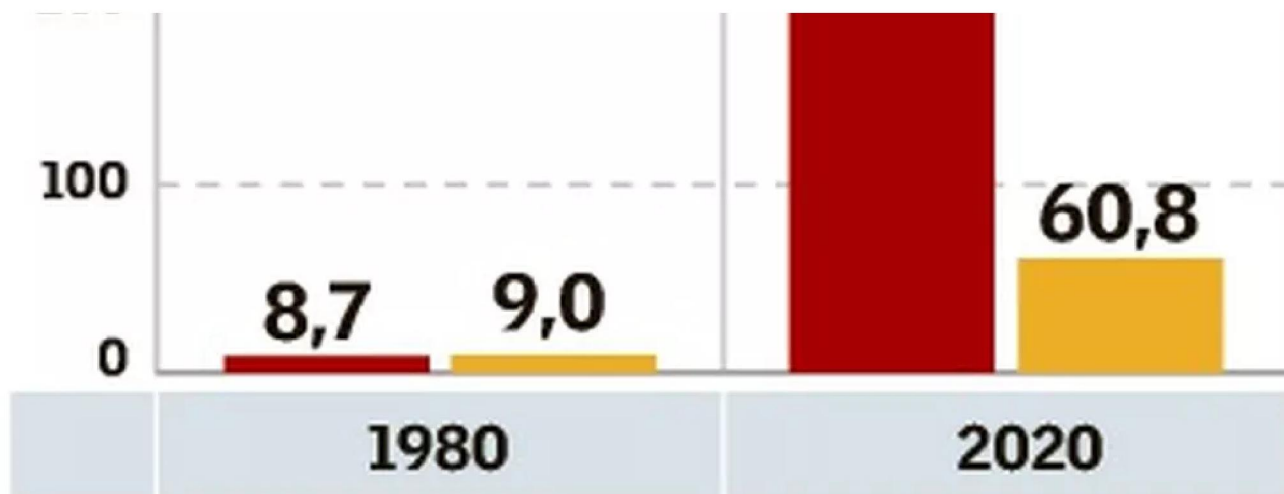
30/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Ficamos pra trás

Exportações de manufaturados

Em US\$ bilhões





Fonte: Valor Data

É difícil neste momento desesperador fugir do tema da pandemia. Mas alguém precisa pensar em outro paciente moribundo no país, a indústria, atingida também por um poderoso vírus que vem destruindo sua capacidade de produção há décadas. Agora, a doença se agravou. A Ford, há um século no país, vai embora. A Mercedes suspende a produção de sua fábrica no Brasil. A Sony sai correndo de Manaus.

É o avanço da desindustrialização. Alguns analistas dizem se tratar de um processo mundial de transição da economia industrial para a de serviços. O processo existe, mas, no caso brasileiro, é acelerado e se dá antes de o país atingir a maturidade no setor.

Há pelo menos três décadas a indústria brasileira agoniza

A fatia brasileira na indústria mundial, que chegou a 2,8% em 2005, recuou para 1,8% agora. E a indústria tem hoje participação no PIB nacional de 11% - tinha 17,8% em 2004 e 35% em meados dos anos 1980. Ou seja, há pelo menos três décadas a indústria brasileira agoniza, sem respiradores nem UTIs.

Esses números e outros abaixo mostram um processo de desindustrialização evidente. Embora a tragédia da pandemia dificulte raciocínios sobre futuro, a coluna colheu opiniões de dois grandes economistas brasileiros não submissos ao mercado financeiro e estudiosos da indústria. A pergunta foi: como reverter esse processo?

Para trás

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, professor da Unicamp e das Faculdades de Campinas, observa que a desindustrialização teve início na “década perdida” (1980), quando a crise da dívida e a hiperinflação impediram o setor de incorporar novas tecnologias da Terceira Revolução Industrial. A estabilização dos anos 1990 livrou a economia da hiperinflação, mas foi feita com a “combinação perversa de câmbio valorizado e juros estratosféricos”. As consequências foram graves para a indústria, que outra vez deixou de acompanhar transformações globais em várias áreas.

Nos anos 2000, com a expansão sino-americana e a demanda de commodities, a indústria brasileira “pegou uma beirada na festança global”, segundo Belluzzo. O superávit comercial da indústria subiu de US\$ 29,8 bilhões em 2006 para US\$ 48,7 bilhões em 2011. Em 2014, porém, esse resultado já havia involuído para US\$ 63 bilhões de déficit. Em 2020, o resultado negativo foi de US\$ 35,3 bilhões.

Agora um dado entristecedor, levantado e checado pelo economista Robinson Moraes, do Valor Data (*ver gráfico*). No fim dos anos 1970, produção e exportação de manufaturados brasileiros eram próximas ou superiores às de concorrentes asiáticos. Em 1980, o Brasil exportou US\$ 9,028 bilhões em manufaturados, mais que a China, que vendeu US\$ 8,712 bilhões. Hoje, a distância entre os dois países é estratosférica. O Brasil exportou, em 2020, US\$ 60,7 bilhões em manufaturados, e a China, US\$ 2,47 trilhões.

Belluzzo observa que o Brasil perdeu a corrida para a China por mérito do “adversário”, mas também por fatores internos, como valorização cambial, “reprimarização” da pauta de exportação, bloqueios à diversificação da estrutura industrial e permanência de uma organização empresarial defensiva e frágil.

O grave da situação atual, segundo ele, é que essa fragilização industrial ocorre em um momento de intenso movimento de fusões e aquisições das cadeias produtivas globais. Por isso, a política para a reindustrialização não pode hoje reproduzir as orientações do período dito nacional-desenvolvimentista e, muito menos, promover abertura comercial sem uma política industrial e financeira ajustada aos tempos atuais. A literatura sobre processos de industrialização, diz Belluzzo, mostra a importância da ação do Estado no financiamento, na educação, na criação de

sistemas de inovação e nas políticas comerciais. Essa foi a experiência de Alemanha, Japão, Coreia do Sul, China e EUA.

A manutenção do câmbio real competitivo é condição necessária, mas não suficiente. Precisa ser complementada por ações governamentais, como a escolha das cadeias prioritárias e a adoção de parcerias público-privadas. O salto tecnológico e de escala da indústria brasileira não vai ocorrer sem políticas que estimulem o mercado de capitais. A experiência histórica demonstra que isso exige a constituição de bancos universais de grande porte, regulados e supervisionados, capazes de desenvolver instrumentos financeiros para crédito de longo prazo.

Os sistemas financeiros que ajudaram a erguer os países asiáticos eram relativamente “primitivos” e especializados em dar crédito subsidiado e/ou barato a empresas e setores “escolhidos” como prioritários pelas políticas industriais. O circuito virtuoso ia do financiamento para o investimento, do investimento para a produtividade, da produtividade para exportações, daí para os lucros e dos lucros para a liquidação da dívida.

Políticas equivocadas

José Luís Oreiro, professor da UnB, considera que a reindustrialização exige o abandono de algumas políticas equivocadas [dogmas, acrescenta o articulista], como o desmonte do BNDES.

A questão da competitividade já está hoje mais ou menos resolvida com a desvalorização do real, mas, segundo Oreiro, há dois desafios. O primeiro é a recuperação da demanda, porque a renda caiu para níveis de 2013 e existe enorme capacidade ociosa. O segundo, a retomada de investimentos em máquinas e equipamentos, porque a indústria deixou de investir nesses anos de crise e ficou muito defasada tecnologicamente.

É necessário e honesto lembrar também que a indústria sofreu um baque com a Operação Lava-Jato. O combate à corrupção era necessário, mas as punições deveriam atingir mais as pessoas e menos as empresas. Em 1945, após a rendição japonesa, o general Douglas MacArthur chamou o imperador Hirohito para

conversar no QG americano. E o imperador, envergonhado, fez apenas um pedido: "General, peço que qualquer punição seja a mim, não ao Japão".

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve quinzenalmente às terças-feiras

E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

É hora de vender on-line

KIT FORÇA EXTRA STONE

LINK PATROCINADO

120 MEGA com Wi-fi Plus

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Mantenha seus pneus calibrados e reduza acidentes

SOMENTE NOVIDADES.

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Equipe econômica do governo se prepara, mas teme estado de calamidade

VALOR INVESTE

O tratamento certo para o salário mínimo

Não há motivo para insistir em uma política igual para todos

Por Anne O. Krueger

30/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Os defensores de um aumento do salário mínimo para os trabalhadores [geralmente horistas, da produção industrial] estão bem-intencionados em seu esforço em ajudar trabalhadores de baixa remuneração. Mas se um salário mínimo maior vai ajudar ou não a maioria dos trabalhadores é hipótese discutível. Embora a

elevação possa aumentar os salários para alguns, para outros deixará a remuneração inalterada e reduzirá a zero os salários dos que perderem seus empregos em decorrência de sua adoção.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, propôs a introdução gradual de um salário mínimo federal de US\$ 15 a hora, a partir dos 7,25 a hora atuais, e os republicanos se opuseram. A proposta do presidente mais do que duplicaria o salário mínimo ao longo de quatro anos, e seria indexada, em seguida, às elevações dos índices do custo de vida.

Após uma alta do salário mínimo, os empregadores poderão ficar menos generosos com relação a benefícios de assistência médica, pagamento por licenças médicas, programas de treinamento, amenidades no local de trabalho e outros benefícios não salariais

Mas há custos previsíveis em intervenções como essa. Um salário mínimo maior poderá pôr fim de vez às atividades de muitas empresas de pequeno porte que já estão periclitantes. Poderá fazer as empresas reduzirem os benefícios adicionais a fim de neutralizar os efeitos de parte do aumento, o que diminuirá os aumentos pretendidos à remuneração total do trabalhador. E poderá corroer a competitividade das indústrias americanas nos mercados mundiais.

Os que se opõem a um aumento do salário mínimo se preocupam particularmente com esses possíveis efeitos em setores que já enfrentam dificuldades para sobreviver. O de hospitalidade [segmento centrado em estabelecimentos de hospedagem e de gastronomia], de educação infantil e outros serviços que foram duramente atingidos pela pandemia teriam problemas em absorver os custos salariais adicionais. Os empregadores desses setores poderiam reagir por meio do repasse desses custos ao consumidor, mas isso poderia reduzir a demanda por seus serviços. Além disso, quando aumenta o salário mínimo pago à mão de obra não qualificada, cai o prêmio por qualificação, o que cria para os empregadores a tentação de substituir trabalhadores não qualificados por qualificados ou por tecnologias de automação.

Obviamente, o nível do piso salarial tem importância. Um salário mínimo pode ser fixado em patamares tão elevados que acaba reduzindo significativamente o nível de emprego, ou em patamares tão baixos que não tem absolutamente qualquer efeito. Quanto maior for, maior será o risco de que mais trabalhadores incapazes de encontrar empregos na economia formal se voltem para atividades extralegis.

Foi isso o que aconteceu em Porto Rico, que está sujeito ao salário mínimo dos EUA continentais, e onde grande parcela dos trabalhadores não é qualificada. A taxa de formalidade da força de trabalho de Porto Rico é de 40% - comparativamente à taxa sistematicamente superior a 60% vigente no continente -, o que reflete o fato de que muitos de seus habitantes trabalham na informalidade, sem pagar impostos nem receber benefícios que o empregador está obrigado a fornecer. Muitos países em desenvolvimento passam pelo mesmo problema. Na Índia, por exemplo, a legislação trabalhista que protege os trabalhadores é tão rígida que apenas cerca de 15% estão empregados na economia formal.

Nos Estados Unidos o Escritório de Orçamento do Congresso estima que, se adotado, um aumento para um salário mínimo de US\$ 15 por hora ao longo de quatro anos elevará os salários de 27 milhões de trabalhadores, mas levará a um fechamento de 1,4 milhão de postos de trabalho. Uma das perguntas a fazer, frente a isso, é se os aumentos dos salários dos 27 milhões mais do que neutralizará os efeitos das perdas dos 1,4 milhão que perdem seus empregos.

Mas também não está claro se o aumento do salário mínimo de fato elevará a remuneração total dos trabalhadores horistas que ganham salários mais altos. Depois de uma alta do salário mínimo, os empregadores poderão ficar menos generosos com relação a benefícios de assistência médica, pagamento por licenças médicas, programas de treinamento, amenidades no local de trabalho e outros benefícios não salariais. De fato, há algumas evidências que sugerem que as empresas vão compensar pelo menos parte do impacto de um aumento salarial por meio da redução de gastos desse gênero.

Se houver um aumento considerável no salário mínimo, essa medida de política pública poderia ser menos onerosa se incluir algumas outras cláusulas, como ajustes que levam em consideração os diferenciais dos índices de custo de vida em diferentes partes do país e medidas para trabalhadores jovens e aprendizes.

No índice de custo de vida, o Havaí está à frente dos demais Estados americanos, com 192,9 pontos, seguido pela Califórnia, com 151,7 e por Nova York, com 139,1. Na outra ponta da escala, Mississippi tem 86,2 e nove outros Estados estão com menos de 90. Em vista dessas disparidades, não faz o menor sentido o Havaí ter o mesmo salário mínimo que o Mississippi. Um valor único não apenas não fornecerá o mesmo “salário de vida” em todos os Estados: mais provavelmente, reduzirá também o nível de emprego em Estados de baixo índice de custo de vida.

Não há motivo para insistir em uma política igual para todos. Os dados do índice de custo de vida do Departamento do Trabalho poderão ser usados a fim de refletir diferenças nos custos de vida no salário mínimo. Afinal, a legislação do salário mínimo em nível estadual já difere muito. Enquanto o salário mínimo da Geórgia é de US\$ 5,15, o de Nova York é de US\$ 12,50. E vários Estados, como Minnesota, têm um salário mínimo mais alto para empregadores de grande porte do que para pequenos empregadores.

Distinção semelhante deve ser avaliada no caso do emprego de adolescentes e aprendizes. Os empregadores podem ser desestimulados de fornecer treinamento se tiverem de pagar o salário mínimo para trabalhadores adolescentes temporários, jovens que fazem faculdade ou que trabalham em tempo parcial, e aprendizes.

Um salário mínimo pactuado bem superior a US\$ 7,25, mas bem inferior a US\$ 15, associado a essas isenções e ajustes que levam em consideração diferenças de índices do custo de vida entre Estados, poderá reduzir os potenciais efeitos negativos de um aumento do salário mínimo. Poderá até induzir os empregadores a oferecer mais treinamento para os não qualificados, melhorando assim o funcionamento do mercado de trabalho como um todo. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Anne O. Krueger, ex-economista-chefe do Banco Mundial e ex-primeira-vice-diretora-executiva do Fundo Monetário Internacional, é professora pesquisadora-sênior de economia internacional da Faculdade de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins e professora-visitante-sênior do Centro de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Stanford. Copyright: Project Syndicate, 2021.

www.project-syndicate.org

Sem as linhas emergenciais, crédito dá sinais de estagnação

O governo parece não entender que para muitas empresas pode ser tarde demais para uma recuperação

30/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O crédito estagnou no início do ano, em consequência da retração causada pela segunda onda da pandemia e do fim das linhas emergenciais, que minoraram os efeitos da crise nas empresas e a dar alguma sustentação à economia no segundo semestre do ano passado. Dados de fevereiro divulgados ontem pelo Banco Central (BC) mostram que o saldo total das operações de crédito segue pouco acima de R\$ 4 trilhões. Houve um aumento de 0,7% sobre janeiro, insuficiente para superar a inflação de 0,86%, sem falar nos juros. O mesmo padrão caracterizou janeiro.

O Relatório Trimestral de Inflação (RTI) confirmou, na semana passada, a expectativa de desaceleração do crédito neste ano. A oferta de empréstimos vai diminuir exatamente em um momento em que famílias e empresas precisam de recursos para enfrentar a segunda onda da pandemia e o governo mostra pouco empenho em erguer as redes de apoio à sociedade. Apesar de saber exatamente como fornecer tanto o auxílio emergencial quanto o crédito, após a experiência relativamente bem-sucedida do ano passado, inexplicavelmente, o governo tarda em agir.

Em um de seus boxes, o Relatório Trimestral de Inflação expõe a previsão de que o estoque de crédito vai crescer 8% neste ano, praticamente a metade dos 15,7% de 2020. Considerando que a inflação esperada é de 5% e os juros estão em alta em consequência da elevação da taxa Selic, pouco alívio virá dessa frente. A oferta de crédito para as famílias ficará relativamente estável, com aumento esperado de

11,5% em comparação com 11,2% em 2020. O principal aperto será exatamente nas linhas para as empresas, que devem aumentar 3,4%, ou seja, uma variação negativa em termos reais, depois de terem saltado 21,9% em 2020. As concessões de novos créditos às empresas estão em queda há três meses consecutivos e as linhas mais afetadas são as de capital de giro, conta garantida e desconto de cheques.

O cavalo de pau vai ocorrer exatamente no crédito direcionado, que abrange as linhas que o governo montou em 2020 para enfrentar a situação de emergência. O crédito direcionado para empresas deu um salto de 22,8% no ano passado, depois de ter encolhido 14% em 2019. A previsão para este ano não para de piorar e agora está em recuo de 7%. Já o crédito direcionado para as pessoas físicas deve crescer 11%, em razão da expansão do financiamento imobiliário, embora menos do que os 11,7% de 2020.

O Centro de Estudos de Mercado de Capitais (Cemec) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) avalia que as condições de financiamento para as empresas serão menos favoráveis neste ano. As empresas serão pressionadas pelo vencimento de impostos que foram postergados e pelo fim da carência de operações de crédito que foram renegociadas e tiveram os pagamentos ampliados. Como acrescenta a Febraban, haverá o peso ainda da elevação do IOF sobre o crédito e da maior alíquota da CSLL dos bancos a partir de julho.

Apesar desse quadro sombrio, demora a ser colocada em prática a reformulação das linhas emergenciais. As maiores esperanças estão depositadas no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que começou a funcionar no segundo semestre e liberou R\$ 37,5 bilhões, em 516 mil operações. Somente agora, no fim de março, é que passou pelo Senado um Pronampe reformulado, idealizado para ser permanente, que terá que passar pela Câmara e ser regulamentado, para então entrar em vigor.

Não se sabe se terá o efeito positivo na economia dada as mudanças de condições, a começar pelo forte reajuste do custo. Os juros cobrados saltaram de 1,25%, além da taxa Selic, para 6% mais a Selic, em consequência da menor cobertura pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO). Na versão original, o FGO cobria até 100%

de cada operação até 85% da carteira total. Para minorar a paulada, o prazo foi ampliado de 36 meses para 48 meses.

Além disso, o governo já prometeu linha semelhante ao Pronampe, mas para bares, restaurantes e pequenos negócios semelhantes, com juros menores, com recursos do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) e poderá liberar R\$ 3 bilhões. Nada se fala a respeito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac), que chegou a liberar R\$ 92 bilhões.

Assim como falta senso de urgência ao governo para providenciar vacinas, oxigênio e outros insumos básicos, o governo parece não entender que um quarto do ano já se passou e que para muitas empresas pode ser tarde demais para uma recuperação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Soluções para um mundo real ao seu alcance

IBM POWER SYSTEM

LINK PATROCINADO

Como ficar à frente de sua concorrência em 2021

IT EXPERIENCE HUB

LINK PATROCINADO

Como utilizar todo o poder dos dados em 2021

IBM STORAGE

LINK PATROCINADO

É hora de vender on-line

KIT FORÇA EXTRA STONE

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Mantenha seus pneus calibrados e reduza acidentes

SOMENTE NOVIDADES.